

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 027

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**Ato da Presidência:****RESOLUÇÃO Nº 002/2001**

Data: 26 de março de 2001.

Súmula: Aprova a prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentada pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentada pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX de Dezembro", em 26.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Turek, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab,

Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Emenda:**

**PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

"Art. 77 -.....

§ 2º -.....

I - dois pelo governador do Estado, com a aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente, entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento".

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Edno Guimarães, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Hidekazu Takayama, Duílio Genari, Eli Ghellere, Cesar Seleme, Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Marcos Isfer, Cesar Silvestri, Miltinho Puppio, Custódio da Silva, Nelson Turek, Ricardo Chab, Chico Noroeste, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Ricardo Maia.

**JUSTIFICATIVA:**

A redação do mencionado dispositivo, dada pela Emenda nº 7, quando reserva apenas uma vaga de Conselheiro aos Auditores e membros do Ministério Público, conflita com a regra do inciso I, § 2º do art. 73, da Carta Federal, que assegura duas vagas a serem preenchidas pelas mencionadas categorias funcionais do Tribunal de Contas.

Deste modo, o intuito da presente proposta é o e simplesmente restabelecer a harmonia entre as Constituições, inclusive no tocante ao imperativo da proporcion-

lidade aritmética, derivado do art. 75 e parágrafo da Magna Carta.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, a inclusão na Ordem do Dia, da Proposição de Veto nº 057/2000, aposto ao Projeto de Lei nº 518/99, que “autoriza o Poder Executivo a Criar a Delegacia da Mulher de Paranaguá”.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ANTONIO BELINATI

### REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 418/95, de sua autoria que propõe a denominação de “Rodovia do Calcário”, a Rodovia PR-517, que liga Colombo a Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 475/96, que estabelece normas de orientação à política do Estado do Paraná, de recursos naturais de qualquer espécie, bem como o sistema integrado de gerenciamento de recursos naturais.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, uso da palavra na Sessão Plenária do dia 03 de abril de 2001, do senhor Constantino Comninos, vice-consul honorário da Grécia, em Curitiba, tendo por finalidade manifestar-se, em nome da comunidade grega e de todos os amigos da Grécia, acerca da data nacional

da República Helênica, transcorrida no último dia 25 de março.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

### REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso de Pequeno Auditório Deputado Luiz Gabriel Sampaio - Plenarinho, no dia 25 de maio do corrente ano, período integral para a realização do evento Entendendo a Profissão, promovido pelo Conselho Regional de Biologia - 3ª Região.

Sala das Sessões, em 8.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Ione Terezinha Martins, ocorrido em 24/03/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade faleceu a senhora Ione Terezinha Martins, que deixou viúvo o senhor Itacy Ferreira Martins, três filhos e seis netos.

O destino privou seus familiares, colegas e amigos, do seu convívio, entretanto, no céu, onde temos certeza que estará, pelo bem praticado em sua passagem por esta vida terrena, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de sua Serva Ione Terezinha.

Pela sua dedicação, respeito, afeto e carinho, dispensados, principalmente aos seus queridos alunos, a professora Ione Terezinha jamais será esquecida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Martins endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

### REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações à Cargill pela inauguração de uma unidade industrial de beneficiamento de amido de mandioca, em São Miguel do Iguaçu. É a primeira do gênero instalada pela empresa em todo o

mundo, sendo que, somente nesta primeira etapa de instalação, ela irá gerar cerca de 65 empregos diretos.

A Cargill está instalada no Brasil há 35 anos. Com sede nos Estados Unidos, a empresa direciona investimentos nas áreas ligadas a cereais, óleo, sucos de laranja, cacau, milho, trigo, soja e fertilizantes. esta unidade de Cargill, em São Miguel do Iguaçu, vai envolver aproximadamente dois mil produtores de mandioca da região Oeste. A empresa é líder no setor de agrobusiness em 60 países.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulação à Associação dos Municípios do Paraná - AMP.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente prefeito Joarez Lima Henrichs, Praça Osório, 400 - Ed. Wawel - conj. 401 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Reserva, pela passagem de seus 80 anos de emancipação política, 26/03/2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Carlos Mario Justus Martins, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Eugênio Szeremeta, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Reserva com grande júbilo festejou a passagem de seus 80 anos de emancipação política em 26.03. Assim sendo, queremos com esta proposição, prestar nossa homenagem de reconhecimento a todos aqueles que sempre prestaram eficiente colaboração para o engrandecimento do município.

Falemos um pouco sobre o histórico do município de Reserva.

Um dos primeiros a chegar no local foi o senhor José Mariano de Marins, vindo de Faixa Província de São Paulo, que possui uma gleba, localizada à margem esquerda do Tio Tibagi, chegou por volta do ano de 1840.

Acompanhado de pequena comitiva, estabeleceu-se na região hoje conhecida como Campinas Belas.

Em 1845, aparece o senhor José Morais Cunha, vindo de Apaí-São Paulo, a procura de ouro estabelecendo seu acampamento em terras ainda não tocadas pelo homem branco, que constituíam uma Reserva, pertencentes aos índios "Kaingangues", de onde surge o nome que anos mais tarde foi dado à localidade.

Em 1872, o senhor Hilário de Morais Cunha efetuou a colonização de suas terras, onde surgiram as primeiras fazendas.

A primeira denominação dada a localidade foi Pinhalzinho devido a riqueza em pinheirais, com a maioria de seus habitantes da área rural em número de 400, por volta do ano de 1900.

No dia 20 de abril de 1906, pela Lei Municipal nº 22, ainda com a denominação de Pinhalzinho, o distrito de Reserva foi criado pertencendo ao município de Tibagi. Pela Lei Estadual nº 2.038 de 26 de março de 1921 o distrito foi elevado às categorias de vila e município desmembrado de Tibagi. A criação do município de Reserva foi causada por disputas eleitorais oligarquias rivais da Velha República. Assim em 1920, o município de Tibagi prepara eleições municipais com os detentores do Poder apoiando o senhor coronel Rogério Borba, respaldado pelo senhor Caetano Munhoz da Rocha, então presidente da Província do Paraná.

O resultado apontou a vitória do coronel Mascarenhas Martins.

Inconformados com a derrota, os detentores do poder elevaram o distrito de Reserva a município entregando-o ao coronel Manoel Antonio Gomes.

A Comarca de Reserva foi criada em outubro de 1938.

Em 1946 aconteceu a primeira eleição após o regime militar de Getúlio Vargas, sendo eleito para o período de 1947 a 1951 o coronel Benjamim Branco.

De 1951 a 1954 - assumiu Rivadavia Rosas da Cunha.

- 1954 a 1958 - Albanor Guimarães Martins.

- 1959 a 1962 - Oldemar de Andrade.

- 1963 a 1967 - Albano Guimarães Martins.

- 1968 a 1972 - Augusto Szatkowski.

- 1973 a 1976 - Doutor João Ayres de Mello Filho.

- 1977 a 1982 - Frederico Bittencourt Hornung.

- 1983 a 1988 - João Batista Bueno.

- 1989 a 1993 - Frederico Bittencourt Hornung.

- 1993 a 1996 - João Szeremeta.

- 1997 a .... - Carlos Mário Justus Martins sendo atual prefeito.

Toda a população de Reserva merece o nosso aplauso nesta significativa data que marcou o transcurso de mais um aniversário. Pois, temos absoluta certeza que irão continuar o trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, parabeniza a todos que

vêm desempenhando importante papel em benefício do município e de sua gente trabalhadora e honesta.

#### REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de congratulações nos anais desta Casa, encaminhando ao jornal o Diário da cidade de Maringá pela veiculação da página diária intitulada Agronegócios, editada sob a responsabilidade do jornalista Rogério Recco.

Que da decisão, se dê notícias ao jornalista Rogério Recco, no seguinte endereço: Flamma comunicação Empresarial, Av. Carneiro Leão, 135, conj. 902 - CEP 87250-020 - Maringá-Pr.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A agropecuária é a principal atividade econômica da região polarizada pela cidade de Maringá e o seu sucesso depende lógica e naturalmente da aplicação e do acompanhamento dos ditames da tecnologia do setor.

Rogério Recco, conceituado jornalista que já assina de a muito o jornal classista da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá - Cocamar, além e encartar semanalmente no jornal O Estado do Paraná o tablóide Jornal Agrícola, dita agora a página Agronegócios no tradicional e respeitado órgão da imprensa maringaense, que oferece assim, mais uma fonte de sérias e necessárias informações ao agropecuarista da nossa região.

#### REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Joarez Heirichs, prefeito de Barracão, e eleito presidente da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Same Saab, prefeito de Iretama, e eleito 1º vice-presidente da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM,

após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações a senhora Maria Zago Udenal, prefeita de Iporã, e eleita 1ª Tesoureira da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor José Manoel de Campos, prefeito de Ângulo, e eleito 2º vice-presidente da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor José Aparecido Bisca, prefeito de Arapongas, e eleito 3º vice-presidente da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Valdinei José Peloi, prefeito de Rancho Alegre, e eleito 1º secretário da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Arnaldo Sicupira, prefeito de Ubiratã, e eleito 2º secretário da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Eleomil Fuzeti, prefeito de Kaloré, e

eleito 2º Tesoureiro da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, voto de louvor e congratulações ao senhor Benedito da Silveira Pinto, prefeito de Ribeirão do Pinhal, e eleito relações públicas da Associação de Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente.

O deputado Ademar Traiano, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, aprovação de moção de apoio e voto de confiança ao secretário de Estado da Fazenda e presidente da Copel, doutor Ingo Hübert, como reconhecimento a excelência da sua atuação frente a Copel e junto ao governo do Estado na condução da Fazenda Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Ingo Hübert, é do quadro de excelência da Engenharia Brasileira e Paranaense.

Constitui um dos mais preparados e conceituados profissionais de engenharia estratégica e de sistemas do nosso Estado. graduado em Filosofia e Engenharia na República Federal Alemã.

Ingo Hübert, pela conduta, presteza, e seriedade quando do seu comparecimento neste parlamento Estadual na Sessão de 27 e março de 2001, em precisa exposição de motivos das 14h30m às 20:00 hs, discorrendo sobre a Copel, e os motivos paranistas e relevantes para sua desestatização ainda antes do encerramento do monopólio energético estatal no Brasil.

Sua atuação transparente, fidalga, serena, nada omitindo ao plenário desta Assembléia Legislativa.

Sua atuação frente a Copel, levou a Companhia a um lucro sem precedentes em seus 46 anos de história, lucro record de R\$430 milhões. Hoje a Copel é empresa saudável, saneada e modelo.

No âmbito do governo estadual sua atuação junto à Secretaria de Estado da Fazenda, fez aumentar a arrecadação tributária, além de enxugar a máquina administrativa, racionalizando despesas conferindo credibilidade e eficiência ainda maiores ao governo estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o duto plenário, voto de louvor e congratulações ao presidente do Conselho Administrativo da Associação de Criadores de Limosin do Paraná, senhor Marcelo Turquino Vezozzo, pela iniciativa de homenagear o presidente deste Poder Legislativo, deputado Hermas Brandão.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, voto de louvor e congratulações ao presidente da Sociedade Rural do Paraná, senhor Francisco Galli, pela realização da Expo 2001 - 41ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, o voto de repúdio contra a violência na cidade de Medianeira, apresentada na Câmara municipal.

O Voto de Repúdio foi assinado pelos vereadores Rubem Arnoldo Kuhne (presidente da Câmara), Celi Kopper Delgado, Célio Pinto de Oliveira, Maria Elena Barp, João Pedro Silveira, Alcides Marques, Edir Josmar Moreira, José Anísio Grassi e Sebastião Antonio e aprovada pela Câmara, no último dia 6 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de Cornélio Procópio ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada pelo vereador Jader Silva Correa Júnior e aprovada pela Câmara, no último dia 06 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 595**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de São Pedro do Iguaçu ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada pelos vereadores Moacir Domingos Lotti, Francisco Coelho Prates e Jovino Batista de Pádua e aprovada pela Câmara, no último dia 1º de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 597**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de Pato Branco ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi subscrita pelos vereadores Antonio urbano da Silva (PPS), Dirceu Dimas Pereira (PPS), Enio Ruaro (PFL), Gilson Marcondes (PFL), Leonir Faviln (PMDB), Nelson Bertani (PSDB) e Vilson Dala Costa (PMDB).

No ofício enviado a esse deputado, a Câmara de Pato Branco também se colocou à disposição para ampliar a discussão contra a venda da Copel aos demais municípios da região Sudoeste do Paraná.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 598**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de Santa Helena ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada pelos vereadores Elder Alberto Boff (presidente da Casa), Jucerlei Sotoriva, Armino Adolfo Berger, Luiz Carlos de Camargo e Auri Darci Petri e aprovada por unanimidade pela Câmara, no último dia 05 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 599**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de Toledo ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada por 15 vereadores e aprovada por unanimidade pela Câmara, no último dia 20 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 600**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de Vereadores de São Miguel do Iguaçu ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada pelos vereadores Adalgir Ramos Murbach, Albino Bissolotti, Antonio Dilmar Tonis Mafalda, Clair de Lara Boles, Claudomiro da Costa Dutra, Deoclécio Paulo Conzatti, Francisco Machado Mota, Mário José Finkler, Valmir Frigo e Gregório Bloemer e Daniel Ghellere e e aprovada por unanimidade pela Câmara, no último dia 16 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO Nº 601**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de apoio da Câmara de vereadores de Alto Paraná ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada por todos vereadores, na sessão do último dia 15 de março.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente à secretária de Estado da Educação do Paraná, senhora Alcyone Saliba, solicitando informações e providências urgentes em relação à situação da Rede Estadual de Ensino na Região Metropolitana de Curitiba.

Requer, seja detalhado o quadro real existente nas Escolas Estaduais, como:

1º - Qual o número de profissionais da educação que tiveram seus contratos rescindidos no final de 2.000?

2º - Qual o número de matrículas efetuadas em 2.000 e 2.001 na Rede Estadual de Educação?

3º - Qual o número de professores que falta para completar o quadro e atender plenamente o Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual?

4º - Qual o número de professores do Quadro Próprio do Magistério - QPM, o número de professores contratados (regime CLT) pela Secretaria de Educação, e o número de professores contratados pelo Paraná-Educação?

5º - Há possibilidades de distribuir aulas para professores já contratados com horário disponível para solucionar a falta de professores em determinadas disciplinas?

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça a real situação da educação no Estado, tendo em vista as denúncias da comunidade escolar na imprensa, protestos de entidades ligadas à educação, bem como indignação de pais de alunos que estão sendo prejudicados com a situação em que se encontram as Escolas Estaduais da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente Colombo, principalmente pela falta de professores nos estabelecimentos de ensino.

Requer ainda, providências urgentes da secretária de Educação para que contrate professores, distribuindo as aulas não preenchidas, solucionando definitivamente o problema de cerca de 17.000 (dezessete mil) alunos da Região Metropolitana de Curitiba, que após um mês e meio do início do ano letivo, ainda não estão tendo aulas, um prejuízo incalculável para a formação escolar de nossos jovens.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente

REQUER, envio de expediente à secretaria de Estado dos Transportes solicitando providências no sentido de proceder a construção de acostamento e ciclovia na estrada Wenceslau Vaz, a qual liga a Ponte Manoel Ribas a BR 153, no município de União da Vitória, uma vez que o referido trecho apresenta grande fluxo de pedestres e ciclistas que se deslocam ao trabalho utilizando aquela estrada.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao diretor presidente da Sanepar, senhor Carlo Afonso Teixeira de Freitas, solicitando informações sobre o cumprimento da decisão do Conselho de Administração da Sanepar que aumentou o salário dos diretores da empresa, bem como sobre o abono - participação nos lucros da empresa - para os diretores da mesma.

Requer seja informado se o aumento salarial foi praticado e se os diretores da Sanepar efetivamente tiveram participação nos lucros da empresa.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça da decisão final o episódio do aumento dos salários dos diretores, e suas respectivas participações nos lucros da empresa.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-451 - PR-082 compreendido entre a localidade de João Vieira (município de Cruzmaltina) até a cidade/município de Rosário do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PRT-369 e PR-549 compreendido entre a cidade/município de Fenix até a cidade/município de Luziana.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI



## REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-453 - PRT-466 compreendido entre a localidade de São Domingos (município de Cruzmaltina) até a localidade de São José (município de Jandaia do Sul).

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-082 - compreendido entre a localidade de Placa Luar (município de Jardim Alegre) até o município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-650 que liga cidade/município de São João do Ivaí a a cidade/município de Godoy Moreira.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PRT-487 - PR-239 - PR441 compreendido entre a cidade de Manoel Ribas até a localidade de Caetano Mendes (município de Tibagi).

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-539 compreendido entre a cidade/município de Rio Bom até a cidade/município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado dos Transportes doutor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência urgentíssimo, a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho da PR-460 compreendido entre a cidade/município de Pitanga até o rio Muquillão na divisa dos municípios de Nova Tebas e Iretama.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação para o município de Agudos do Sul, de todos os equipamentos necessários para o pronto atendimento na "Sala de Partos" conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A referida "Sala de Partos", especialmente preparada para esse nobre fim, ainda não conta com os equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento o que inviabiliza sua utilização, representando, em consequência transtornos, especialmente às parturientes carentes daquele município que precisam desse atendimento especializado, bem como dos recém-natos.

## REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando informação sobre o valor que o governo recolheu ao IPE a partir de janeiro/1995 referente à

parte do empregado e do empregador, discriminando os respectivos valores.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Face à alegação do líder do Governo de que as dificuldades de caixa do Estado são resultantes da Lei nº 10.219, que permitiu a classificação no quadro próprio os celetistas, cabe a nós, deputados estaduais, conhecer com maior profundidade esta informação para que possamos, juntamente com outros dados, realizar análise séria e correta quanto à verdadeira situação financeira do Paraná e as razões do comprometimento atual.

Portanto, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

- Qual foi o custo financeiro, para o Paraná, quando da construção da Ponte Guaíra - Mundo Novo;

- Discriminar os custos dos projetos, da execução, bem como os valores pagos às empreiteiras envolvidas na construção;

- Cópia dos contratos firmados e as respectivas datas de liberações dos recursos.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente a construção da Ponte Guaíra - Mundo Novo estava orçada em aproximadamente R\$13 milhões. Visto que este valor foi ultrapassado, solicito tais informações, somado à necessidade de saber como as empreiteiras que participaram da execução desta obra foram remuneradas, e de que forma firmados os contratos posteriores à paralização.

Portanto, para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

#### REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando informação sobre os exatos valores que o governo federal, através do Ministério da Previdência Social, repassou ao Paraná, a título de compensação por aposentadorias efetuadas pelo Estado, no período de janeiro/1995 até a

presente data, conforme preceitua o artigo 202 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O bem do interesse público, cabe a nós, deputados estaduais, solicitar mais esta informação para que possamos, juntamente com outros dados, realizar análise séria e correta quanto à verdadeira situação financeira do Paraná e propiciar avaliação do real estado financeiro do erário público.

Portanto, para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

#### REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor secretário de Estado da segurança Pública, para que determine ao senhor delegado geral da Polícia Civil, que envie cópia do Laudo Técnico elaborado por Psicólogas da Polícia Civil referente a situação atual dos policiais civis do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Civil do Paraná, através da psicóloga Roxane Rattin e outra, realizou Laudo Técnico, sobre a situação atual dos policiais civis e as conseqüências de ordem psíquica, física e emocional da atividade policial.

O referido documento é de domínio público e se constitui em importantes subsídios para o exame de projeto de lei que tramita nesta Casa de Leis, referente à Polícia Civil, bem como para que se possa entender os reais motivos de reivindicações que vêm sendo feitas pelos policiais civis de base.

#### REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor governador Jaime Lerner, e à secretária de Estado da Educação, Alcyone Vasconcelos Rebouças Saliba, solicitando providências urgentes com vistas à redefinição do horário de início das aulas no período noturno nas escolas da rede pública estadual, retornando ao horário anteriormente vigente, qual seja 19h15.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Já é visível o clamor público, maior a cada dia que passa, decorrente da recente medida governamental que alterou o horário de início das aulas no período noturno

nas escolas da rede pública estadual, fazendo-o retroagir em meia hora, das 19h15 anteriormente para as 18h45 em vigor desde o início do ano letivo em curso.

Os alunos, os pais, a comunidade em geral, bem como os corpos discentes e técnico-administrativo das escolas, tem opinião quase que unânime quanto aos prejuízos decorrentes do novo horário imposto aos estudantes do período noturno. Não é possível imaginar que as aulas no período noturno se tornem inacessíveis justamente àqueles a quem verdadeiramente se destinam qual seja, todos os que trabalham durante o dia, em decorrência de uma mudança de horário.

O supra afirmado não é mera retórica mas, sim, a dura e cruel realidade vivida por milhares de estudantes do período noturno desde a instituição do novo horário. Um assalariado por exemplo - e esta é a situação da esmagadora maioria dos estudantes do período noturno - encerra sua jornada laboral às 18 horas, saindo do recinto de trabalho alguns minutos depois, em média pelo menos dez minutos. A partir daí ele tem que conseguir chegar à escola num intervalo máximo de meia hora.

Com apenas meia hora será impossível jantar, ou mesmo fazer um lanche, além de impossibilitar qualquer outra providência relativa à higiene pessoal. Não raro sequer tempo para tomar o ônibus, haja visto que os horários do transporte coletivo levavam em consideração outras condicionantes, entre elas o início das aulas às 19h15.

É possível afirmar que não será meia hora a mais que resolverá estas questões, especialmente nas médias e grandes cidades, onde os alunos do período noturno, já viviam estes dramas supra elencados. Esta não é nossa opinião e, ademais, ainda que fosse, mesmo que em parte não devemos agravá-la, desfavorecendo justamente uma vasta camada social já em desvantagem no que toca à educação formal por ter que trabalhar e estudar.

Enfim, não podemos impor regras que levem ao trágico dilema “trabalhar ou estudar”. Essa não pode ser em hipótese alguma, a atitude do Poder Público, cujo objetivo deve ser o de buscar meios de garantir, sempre, acesso à educação, que, sabemos, será o grande diferencial entre a nação que temos e a que desejamos construir.

A situação é grave, e pode ser ilustrada pelas informações que já nos chegam dando conta de considerável índice de desistência entre os alunos do período noturno da rede pública de ensino. Em face do risco de agravar-se ainda mais o quadro, e da irreversibilidade de seus efeitos negativos, solicitamos providências urgentes com vistas à solução da questão.

#### REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Cultura, Mônica Rischbieter, e à curadora do Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, Rosina Par-

chen, solicitando a conclusão da restauração do edifício Guilherme Newmann - sede oficial da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da UEPG, assim como a restauração do prédio do Museu dos Campos Gerais.

O prédio do Museu Campos Gerais, vem sendo consumido pela ação do tempo e dos cupins. Desde que foi inaugurado, em 1928, não se tem notícias de que tenha passado por uma efetiva restauração. toda a estrutura que sustenta o telhado está em precárias condições porque, ao longo dos anos, acabou sendo infestada de cupins que ameaçam, inclusive, as madeiras das janelas, das portas e do próprio acervo em exposição.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando que seja reativado de forma eficaz o patrulhamento policial ostensivo, no Núcleo Santa Paula, no município de Ponta Grossa.

O módulo policial do Núcleo Santa Paula está sem viatura há aproximadamente três meses, e a violência no local está crescendo cada vez mais.

Os policiais não tem estrutura adequada para trabalhar e atender as necessidades dos moradores do núcleo. quando há alguma ocorrência, e a população chama a polícia, esta demora muito tempo para chegar haja vista que tem de se deslocar de outros pontos da cidade, muitas vezes longe do local e quando chegam não se tem mais o que fazer para evitar um furto ou prender alguém.

A população do Núcleo fica vulnerável aos bandidos e não vivem mais com segurança. O patrulhamento policial ostensivo poderia evitar muitos fatos desagradáveis e o número de vítimas pode diminuir consideravelmente.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando mais uma vez, providências urgentes quanto a Segurança Pública de Ponta Grossa.

Desta vez, a Polícia Militar parou por falta de combustível. De acordo com matéria de um jornal local, o governo do Estado do Paraná, deixou de pagar a dívida com a empresa fornecedora de combustível, que por esta razão foi suspenso.

O atendimento à população fica prejudicado em razão da inexistência do produto e a Polícia Militar reali-

zará o policiamento a pé Ponta Grossa. Das 15 viaturas da frota da PM, apenas três estavam em funcionamento. Esses carros fazem parte do sistema operacional e encontravam-se nos módulos de Uvaranas, Oficinas e Nova Rússia. Quatro camionetas do Grupo de Operações Especiais (GOE) e do Tático Móvel Auto (TMA), também foram encostadas.

Diante dos fatos acima, há a necessidade urgente, de serem tomadas providências emergenciais e necessárias, para que este fato não ocorra novamente, pois além da falta de viaturas, agora falta de combustível para as poucas existentes.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente solicitando a Secretaria de Estado dos Transportes a readequação da PR-459, no trecho que vai da PR-449 até o reassentamento de Segredo IV.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A PR 459 no trecho que vai da PR 449 até o reassentamento de Segredo IV, está em péssimas condições de conservação. Tal situação dificulta a vida de 90 famílias do reassentamento promovido pela Copel. O transporte escolar e o escoamento da produção são bastante prejudicados, causando enormes problemas para as famílias que residem em Segredo IV. Posto isto, solicito a aprovação deste requerimento e o pronto atendimento por parte da Secretaria dos Transportes.

#### REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando providências no sentido de proceder a colocação de sinalização e iluminação no trecho da PR 180, denominado Avenida Atilio Fontana, localizado na área urbana do município de Francisco Beltrão, uma vez que muitos acidentes vem ocorrendo no referido trecho em decorrência da ausência de sinalização e iluminação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima senhora Denise Margareth Oldenburg Basgal, mui digna

diretora presidente da Fundepar, solicitando a construção da Escola Estadual do Jardim Cruzeiro, município de Umuarama, contendo: 05 salas de aula, 01 sala para biblioteca; 01 sala para direção; 01 sala para laboratório; 01 sala para secretária; 01 sala para equipe técnico-pedagógica; cozinha, banheiros e cantina.

A reivindicação em questão pretende suprir a demanda de salas de aula na localidade do Jardim Cruzeiro, uma vez que atualmente a Escola Estadual Jardim Cruzeiro, funciona em prédio municipal junto com a Escola Municipal São Francisco, cujo espaço físico, não condiz com a necessidade. Atualmente são 242 alunos distribuídos em 05 turmas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, período da tarde e 03 turmas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> no período noturno.

Este número de alunos matriculados ainda é insuficiente para a população, pois faz com que parte dela tenha que frequentar a Escola Pedro II situada do lado oposto à rodovia, o que gera preocupação e perigo aos estudantes que necessitam atravessar o asfalto.

Além do Jardim Cruzeiro, a construção de uma escola estadual atenderá ainda os moradores do Jardim Alphaville; Jardim Bandeira; Parque Bomfin; Aratimbó e outros próximos da região, garantindo escolaridade a um maior número de crianças.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080) e Núcleo Regional de Educação (Av. Paraná, 5396 - CEP- 87502-000).

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER pedido de informações ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de esclarecer, com relação ao Anteprojeto de Lei nº 015/2001, que altera a Lei Complementar nº 14/82, Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, os seguintes quesitos:

a) se foi consultada alguma entidade representativa da classe policial do Estado Paraná;

b) em caso positivo, quais foram essas entidades;

c) se não houve consulta, justificar o porquê da negativa em se ouvir as entidades representativas da classe, diretamente interessadas no assunto.

No aguardo de pronta manifestação do Excelentíssimo secretário, subscrevo.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 633**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, pedido de informações ao secretário da Fazenda, diretor-presidente da Companhia Paranaense de Energia - Copel, a respeito da participação societária da referida companhia em outros saneamento, assim também como valor dos investimentos realizados, valor atualizado dessas participações, e cópias das Atas de reunião de diretoria que autorizaram tais participações.

Desta forma, requer-se informar a respeito dos valores investidos e valores atualizados das participações nos seguintes negócios:

- a) Companhia Paranaense de Gás - Compagás;
- b) Tradener (comercialização de energia no atacado);
- c) Sercomtel Telecom;
- d) Sercomtel Celular;
- e) Provedor de internet CNI-ONDA;
- f) Usina Termelétrica a Gás Natural Araucária, proveniente do gasoduto Brasil-Bolívia;
- g) Machadinho, usina hidrelétrica no Rio Pelotas, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- h) Campo Novos, usina hidrelétrica no Rio Canoas, em Santa Catarina;
- i) Dona Francisca, usina hidrelétrica no Rio Jacuí, Rio Grande do Sul;
- j) Foz do Chopim, usina hidrelétrica no Rio Chopim;
- k) Palmas, usina eólica;
- l) Dominó Holding, saneamento;
- m) Escoeletric, serviços em energia;
- n) Braspower, engenharia e infra-estrutura;
- o) Copel Agra, engenharia;
- p) Lactec, pesquisa e desenvolvimento;
- p) Cetis, pesquisa e desenvolvimento.

No aguardo de pronta manifestação do Excelentíssimo senhor diretor-presidente da Copel, no que se refere aos valores solicitados e Atas, subscrevo.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Cezar Silvestri.

**REQUERIMENTO Nº 634**

Senhor Presidente.

O deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respeitosamente REQUER, ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, informações sobre as despesas do governo do Estado do Paraná, bem como da Sanepar e Copel, com publicações na mídia escrita, especialmente no veículo Jornal do Estado, nos períodos de junho a dezembro de 2000 e janeiro até a presente data de 2001.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) BERALDIN

**Projeto de Lei Complementar:****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**Capítulo I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Esta lei complementar estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com a Administração Fazendária do Estado do Paraná.

§ 1º - São contribuintes para os efeitos desta lei complementar e das leis ordinárias as pessoas físicas ou jurídicas em qualquer situação de sujeição passiva tributária, inclusive a responsabilidade, a substituição, a solidariedade e a sucessão tributárias.

§ 2º - Estão sujeitos as disposições desta lei complementar, também, os agentes da retenção dos tributos os representantes legais ou voluntários e os legalmente obrigados a colaborar com o fisco.

Art. 2º - A instituição ou majoração de tributo atenderá aos princípios da justiça tributária.

Parágrafo único - Considera-se justa a tributação que atendeu aos princípios da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição da carga tributária da generalidade, da progressividade e da não-confiscatoriedade.

Art. 3º - Os direitos e garantias do contribuinte disciplinados na presente lei serão reconhecidos pela Administração Fazendária, sem prejuízo de outros decorrentes da Constituição Federal, dos princípios nela expressos e dos tratados internacionais em que a república Federativa do Brasil seja parte.

**Capítulo II****Das Normas Fundamentais**

Art. 4º - A legalidade da instituição do tributo pressupõe a estipulação expressa de todos os elementos indispensáveis à incidência, quais sejam, a descrição objetiva da materialidade do fato gerador, a indicação dos sujeitos do vínculo obrigacional, da base de cálculo e da alíquota, bem como dos aspectos temporal e espacial da obrigação tributária.

Art. 5º - Somente a lei, observando o princípio da anterioridade, pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo, a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, bem como a estipulação de requisitos que modifiquem os meios ou modos operacionais de apuração do débito tributário.

Art. 6º - As leis instituidoras de taxa deverão identificar expressamente o serviço prestado ou posto à disposição do obrigado ou indicar expressamente o exercício do poder de polícia que justificar a medida.

Art. 7º - Os impostos terão fatos geradores e base de cálculo diferente de tal modo que possam ser objetivamente identificados.

Art. 8º - O exercício dos direitos de petição e de obtenção de certidão em órgãos públicos independe de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias.

Art. 9º - As leis, regulamentos e demais normas jurídicas que modifiquem matéria tributária indicarão, expressamente, as que estejam sendo revogadas as alteradas, identificando com clareza, o assunto, a alteração e o objetivo desta.

Art. 10 - A Administração Fazendária assegurará aos contribuintes o pleno acesso às informações acerca das normas tributárias e à interpelação que oficialmente lhes atribua.

Art. 11 - É vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais.

Parágrafo Único - Os regimes especiais de fiscalização, aplicáveis a determinados contribuintes, somente poderão ser instituídos nos estritos termos da lei tributária.

Art. 12 - Somente o Poder Judiciário poderá desconsiderar a personalidade jurídica de sociedade, quando, em detrimento da Administração Fazendária, houver comprovado abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

Art. 13 - presume-se a boa-fé do contribuinte até que a Administração Fazendária comprove o contrário.

Parágrafo Único - Ninguém será obrigada a atestar ou testemunhar contra si próprio, considerando-se ilícita a prova assim obtida do contribuinte.

Art. 14 - Além dos requisitos de prazo, forma e competência, é vedado à legislação tributária estabelecer qualquer outra condição que limite o direito à interposição de impugnações ou recursos na esfera administrativa.

§ 1º - Nenhum depósito, fiança, caução, aval ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente ou em juízo, como condição para

admissibilidade de defesa ou recurso no processo tributário-administrativo.

§ 2º - Executa-se do disposto neste artigo a garantia da execução fiscal, nos termos da lei processual aplicável.

### Capítulo III

#### Dos Direitos do Contribuinte

Art. 15 - São direitos do contribuinte:

I - ser tratado com respeito e urbanidade pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - poder exercer os seus direitos, ter acesso às informações, pessoalmente ou por representante legal movido de instrumento procuratório, de que necessite e dar cumprimento às suas obrigações;

III - formular alegações e apresentar documentos antes das decisões administrativas, e tê-los considerados por escrito;

IV - ter consciência formal da tramitação dos processos administrativo-tributários em que tenha a condição de interessado, deles ter vista e obter as cópias que requeira, a conhecer formalmente as decisões neles proferidas;

V - fazer-se assistir por advogado;

VI - identificar o servidor de repartição Fazendária e conhecer-lhe a função e atribuições do cargo;

VII - receber comprovante pormenorizado dos registros, documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização Fazendária ou por ela apreendidos;

VIII - prestar informações apenas por escrito às autoridades Fazendárias, em prazo não inferior a 5 (cinco) dias;

IX - ser informado dos prazos para pagamento das prestações a seu encargo, inclusive multas e acessórios, com orientação completa quanto ao procedimento a adotar e à existência de hipóteses de redução do montante exigido;

X - reconhecer o tributo no órgão competente, sem prejuízo de poder fazê-lo junto à rede bancária autorizada;

XI - obter certidão negativa de débito, ainda que o crédito tributário tenha sido extinto por causa diversa do pagamento, ou se tornando inexigível, sem prejuízo de nela constar a razão determinante da extinção ou da inexigibilidade;

XII - receber, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período, resposta fundamentada a pleito formulado à Administração Fazendária, inclusive pedido de certidão negativa, sob pena de responsabilização funcional do agente;

XIII - ter preservado, perante a Administração Fazendária, o sigilo de seus negócios, documentos e operações, quando não envolvam os tributos objeto de fiscalização;

XIV - não ser obrigado a exibir documento que já se encontre em poder da administração pública;

XV - receber da Administração Fazendária no que se refere a pagamentos, reembolsos, juros e atualização monetária, o mesmo tratamento que esta dispensa ao contribuinte em idênticas situações.

Art. 16 - O contribuinte será informado do valor cadastral dos bens imóveis e dos procedimentos de sua obtenção, ara fins de ciência dos elementos utilizados na exigibilidade dos impostos que incidam sobre a propriedade imobiliária e a transmissão dos direitos a ela relativos.

Parágrafo Único - Configura excesso de exação a avaliação administrativa do imóvel e valores manifestamente superiores aos de mercado, por ela respondendo solidariamente quem assinar laudo e seu superior imediato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 17 - O contribuinte tem direito de, na forma da lei, ser notificado da cobrança de tributo ou multa.

Parágrafo Único - A notificação deverá indicar as impugnações cabíveis, o prazo para sua interposição, o órgão competente para julgamento, o valor cobrado e seu respectivo cálculo, e, de maneira destacada, o não condicionamento da defesa a qualquer desembolso prévio.

Art. 18 - O órgão no qual tramita o processo administrativo tributário determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou efetivação de diligências.

§ 1º - A intimação deverá conter

I - a identificação do intimado e o nome do órgão ou entidade administrativa;

II - a finalidade da intimação;

III - a data, hora e local de comparecimento;

IV - informação sobre a necessidade de comparecimento pessoal ou possibilidade de se fazer representar;

V - informação sobre a possibilidade de continuidade do processo independentemente de seu comparecimento;

VI - a indicação dos fatos, provas e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º - A intimação observará a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3º - A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º - No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

§ 6º - O comparecimento do contribuinte supre a falta ou a irregularidade da intimação.

Art. 19 - Serão objeto de intimação os atos do processo de que resultem, para o interessado, a imposição de deveres, ônus, sanções ou restrições ao exercício de direito e atividade, assim como os atos de outra natureza que produzam efeito na relação tributária.

Art. 20 - A existência de processo administrativo ou judicial pendente, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, nem de participar de licitações.

Art. 21 - São assegurados, nos processos administrativo fiscal, o contraditório, a ampla defesa e o duplo grau de deliberação.

§ 1º - A segunda instância administrativa será organizada como colegiado, no qual terão assento, de formas paritária, representantes da administração e dos contribuintes.

§ 2º - É vedada à autoridade administrativa singular modificar as decisões tomadas pelo colegiado.

Art. 22 - A autuação do contribuinte depende da análise de sua defesa prévia, apresentada em 5 (cinco) dias a contar da intimação.

Parágrafo Único - A não-apresentação de defesa prévia não impede o prosseguimento do processo, mas não implica confissão quanto à matéria de fato.

Art. 23 - O crédito tributário do contribuinte, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitado em julgado poderá, por opção sua, ser compensado com débitos tributários.

Parágrafo Único - Ao crédito tributário, objeto de compensação, aplicam-se os mesmos índices de correção monetária incidentes sobre os débitos fiscais, contados desde o pagamento indevido, bem como juros contados da decisão definitiva que o reconheceu.

## Capítulo IV

### Das Consultas em Matéria Tributária

Art. 24 - Os contribuintes e as entidades que os representam poderão formular consultar à Administração Fazendária acerca de vigência, da interpretação e da aplicação da legislação tributária, observado o seguinte:

I - as consultas deverão ser respondidas por escrito no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período, fundamentadamente sob pena de responsabilização funcional;

II - a pendência da resposta impede a atuação por fato que seja objeto da consulta;

III - a ausência de resposta no prazo previsto no inciso I implicará aceitação, pela Administração Fazendária, da interpretação e do tratamento normativo dado pelo contribuinte à hipótese objeto da consulta.

Parágrafo Único - A Administração Fazendária é administrativa e civilmente responsável por dano que a

conduta de acordo com a resposta à consulta imponha ao contribuinte.

Art. 25 - Os contribuintes têm direito à igualdade entre as soluções relativas a uma mesma matéria, fundadas em idêntica norma jurídica.

§ 1º - A diversidade de tratamento administrativo-normativo a hipóteses idênticas permite ao contribuinte a adoção de entendimento que lhe seja mais favorável.

Art. 26 - Os princípios que regem o procedimento previsto para a discussão do lançamento tributário são aplicáveis, no que couber, ao direito de consulta do contribuinte.

## Capítulo V

### Dos Deveres da Administração Fazendária

Art. 27 - A Administração Fazendária, no desempenho de suas atribuições, pautará sua atuação de forma a impor menor ônus possível aos contribuintes.

Art. 28 - A utilização de técnicas presuntivas depende de publicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, das orientações a serem seguidas e de sua base normativa, para conhecimento do sujeito passivo a fim de que este possa, se for o caso, impugnar sua aplicação.

Parágrafo Único - Os índices, presunções, ficções e equipamentos legais não poderão ser instituídos para desvincular a pretensão ao tributo da ocorrência do fato gerador, como definido na Constituição Federal e na lei complementar.

Art. 29 - O parcelamento do débito tributário implica novação, fazendo com que o contribuinte retorne, a este título, ao pleno estado de adimplência, inclusive para fins de obtenção de certidões negativas de débitos fiscais.

Parágrafo Único - a Administração Fazendária não poderá recusar a expedição de certidões negativas, nem condicionar sua expedição, à prestação de garantias, quando não exigidas na concessão do parcelamento, salvo na hipótese de inobservância do pagamento nos respectivos prazos.

Art. 30 - É vedado à Administração Fazendária, sob pena de responsabilidade funcional de seu agente:

I - recusar, em razão da existência de débitos tributários pendentes, autorização para o contribuinte imprimir documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades;

II - induzir, por qualquer meio, a auto-denúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevailecimento da boa-fé, temor ou ignorância;

III - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte, sem a observância dos princípios do contraditório e da prévia e ampla defesa;

IV - reter, além do tempo estritamente necessário à prática dos atos assecuratórios de seus interesses, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei;

V - fazer-se acompanhar de força policial nas diligências ao estabelecimento do contribuinte, salvo se com autorização judicial na hipótese de justo receio de resistência ao ato fiscalizatório; e

VI - divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.

Art. 31 - O agente da Administração Fazendária não poderá deixar de receber requerimentos ou comunicações apresentados para protocolo nas repartições fazendárias, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 32 - A Administração Fazendária obedecerá, dentro outros, aos princípios da justiça, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 33 - Nos processos administrativos perante a Administração Fazendária, serão observados, dentre outros critérios, os de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento aos fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competência, salvo autorização de lei;

III - objetividade no atendimento do interesse jurídico, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos e fundamentos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades necessárias, essenciais à garantia dos direitos dos contribuintes;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos contribuintes;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas administrativas, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo tributário, sem prejuízo da atuação dos interessados.



Art. 34 - É obrigatória a emissão de decisão fundamentada, pela Administração Fazendária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, justificadamente, uma única vez e por igual período.

Art. 35 - Os atos administrativos da Administração Fazendária, sob pena de nulidade, serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam recursos administrativo-tributários;

IV - decorram de reexame de ofício;

V - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; ou

VI - importem anulação, revogação, suspensão ou covalidação de ato administrativo-tributário.

§ 1º - A motivação há de ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º - É permitida a utilização de meio mecânico para a reprodução de fundamentos da decisão, desde que haja identidade do tema e que não reste prejudicado direito ou garantia do interessado.

§ 3º - A motivação das decisões de órgão, colegiados a comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

Art. 36 - A comunicação do agente fazendário ao Ministério Público, contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, só poderá ser formalizada após o encerramento do processo administrativo, com a constituição definitiva do crédito tributário, e em que se comprove a irregularidade fiscal.

Art. 37 - O processo de execução fiscal somente pode ser ajuizado ou prosseguir contra quem figure expressamente na certidão da dívida ativa com sujeito passivo tributário.

Art. 38 - O termo de início de fiscalização deverá obrigatoriamente circunscrever precisamente seu objetivo, vinculando a Administração Fazendária.

Parágrafo Único - Do termo a que alude o *caput* deverá constar o prazo máximo para a ultimação das diligências, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, prorrogável justificadamente uma única vez e por igual período.

## Capítulo VI

### Da Defesa do Contribuinte

Art. 40 - A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes poderá ser exercida administrativamente ou em juízo, individualmente ou a título coletivo.

Art. 41 - Para a defesa dos direitos e garantias protegidos por esta lei são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, observadas as normas das leis administrativas e civis pertinentes.

## Capítulo VII

### Das Disposições Finais

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial do Paraná, apresentou a Assembléia Legislativa do Paraná, proposta de projeto de lei complementar, dispondo sobre os direitos e garantias do contribuinte.

A matéria é de relevante interesse, pois visa dar ao contribuinte uma relação de igualdade com o fisco.

Até aqui, o contribuinte tem sido tratado como o vilão da história, com diversas sanções e restrições a sua atividade, quando não submetido a situações coercitivas e vexatórias.

O que se pretende é dar transparência nas relações entre o fisco e o contribuinte, fazendo com que o poder público trate o cidadão com dignidade.

Assim, estamos encaminhando ao Poder Legislativo, o incluso projeto de lei complementar, para apreciação e aprovação dos nobres parlamentares.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 82/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica garantido o processamento preferencial aos procedimentos administrativos que tramitam junto a qualquer dos Poderes do Estado, nos quais figure como parte pessoa idosa.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, considera-se idosa a pessoa a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 2º - O benefício desta lei será aplicado independente de requerimento da parte interessada.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os processos administrativos, embora não tratem de questões judiciais, também podem ter tramitação demorada.

A proposição em análise objetiva estatuir o atendimento preferencial às pessoas idosas nos procedimentos administrativos. Pretende-se, assim, beneficiar os idosos, evitando que a decisão final nos processos administrativos em que são parte só ocorra após o seu falecimento.

Segundo dados do IBGE, os idosos - pessoas com mais de 65 anos - já representam 8,3% da população brasileira. Em 1993, eles correspondiam a 7,7% da população. Diante dessa perspectiva, necessário se faz estabelecerem políticas públicas voltadas para a população idosa.

A proposição em análise encontra respaldo no artigo 230 da Constituição Federal, que dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A matéria objeto da proposição em análise não se acha inserida entre aquela cuja iniciativa é de competência privativa do governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 83/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Operária e Beneficente Internacional São Bráz, com sede e foro nesta comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Operária e Beneficente Internacional São Bráz, é uma instituição operária e beneficente, sem fins lucrativos, direcionada ao bom atendimento de seus associados e seus respectivos familiares.

Entidade fundada em 01 de fevereiro de 1920, em São Bráz, distrito de Santa Felicidade, tem por objetivo principal, socorrer seus associados em caso de moléstias, morte ou qualquer tipo de perseguição, promovendo todos os meios de instrução e recreios úteis que estiverem ao seu alcance, principalmente promovendo assistência aos mais necessitados.

A atual diretoria, composta por abnegados sócios vêm desenvolvendo várias atividades em prol da socie-

dade, sendo a principal, a construção de sua nova sede, obra arrojada e de elevado custo financeiro.

Tendo em vista o acima exposto, achamos ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 84/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Francisco Beltrão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Renascer, entidade sem fins lucrativos, fundado em 1995, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

É uma entidade que trabalha em prol da população carente tendo 30 crianças carentes que participam ativamente de todas as atividades como: reforço escolar, trabalho de convivência comunitária, coordenação motora, esportes (capoeira e futebol), passeios, pinturas, bordados, crochês, costura, artesanatos, vídeos educativos e outros.

PROJETO DE LEI Nº 85/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, que tem por objetivo prestar serviços de apoio ao desenvolvimento técnico-científico para os membros do Ministério Público; promover e apoiar seminários, congressos, ciclos de estudos e outros eventos jurídicos, promover eventos de lazer, estabelecer diversas formas de comunicação entre membros do Ministério Público e a sociedade em geral.

A Associação Paranaense do Ministério Público é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 6 de setem-

bro de 1951, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes as finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 86/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a exposição e exploração de máquinas caça-níqueis em estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

Art. 2º - A proibição de funcionamento inclui as máquinas seladas pelo Instituto de Criminalística do Paraná, cuja permissão ficará automaticamente cancelada a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º - Os comerciantes que possuem este tipo de equipamento em seus estabelecimentos, terão de 30 dias a partir da publicação da Lei para retirá-los dos locais públicos ou com acesso ao público.

Art. 4º - O cumprimento desta norma deverá ser fiscalizada pela Polícia Civil e Polícia Militar do Paraná, com vistas ao Ministério Público Estadual. Caso o proprietário de máquinas de caça-níqueis insistam na exploração do jogo de azar, cabe as polícias apreenderem o equipamento.

Art. 5º - O descumprimento da lei implica ainda nas sanções previstas no artigo 50 do Decreto Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941, a Lei das Contravenções Penais, em consonância com o Decreto Presidencial nº 3214/99 e a Lei Federal nº 9615/98. Caso o comerciante seja flagrado permitindo o jogo para menores, sua punição será de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Em todas as cidades do Paraná milhares de máquinas caça-níqueis ficam à disposição de crianças e adultos em bares, lanchonetes, restaurantes e casas noturnas. A exposição e a facilidade para o jogo de azar têm levado muitos paranaenses a um vício, que sustenta o faturamento fraudulento de empresários responsáveis pelo fornecimento e exposição dos equipamentos. As máquinas também bancam a corrupção de policiais militares e civis, que permitem o livre funcionamento destes equipamentos ilegais.

Atualmente, para funcionar estas máquinas devem dar chance de ganho de 75%, mas segundo informações dos próprios empresários do setor, a divisão do lucro obedece a seguinte equação: 40% do prêmio é dividido entre os jogadores e os 60% restantes bancam a comissão para o dono do estabelecimento, pedágio para os policiais e o lucro para o proprietário da máquina.

O jogo de azar é proibido no Brasil desde 1941 (artigo 50, da Lei de Contravenções Penais). Uma lei federal e um decreto presidencial editados em 1998 e 1999 respectivamente, corroboram a proibição. Pela lei, são considerados jogos de azar aqueles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte dos apostadores.

A liberdade de ação destes empresários, confronta-se com os direitos, principalmente, das crianças, que tornam-se facilmente viciadas nos caça-níqueis.

Um levantamento realizado pelo Ministério Público de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, conclui que as máquinas espalhadas pela região vinham contribuindo para a elevação do índice de evasão escolar. Naquela cidade, a proibição da exploração do jogo de azar trouxe alívio imediato para os pais.

Embora menos suscetíveis, os adultos também são presas fáceis. testemunhos de donos de bares dão conta que muitos pais de família deixam nas máquinas boa parte de seus ganhos, na ilusão de lucros fáceis e rápidos.

Por último, mas não menos importante, temos que levar em consideração que a permissão oficial para a exploração desta atividade pode ocultar a ação de organizações criminosas. Um relatório da Divisão de Investigação Antimáfia da Itália comprovou recentemente que integrantes de organizações criminosas daquele país vinham usando no Brasil máquinas de jogos eletrônicos para lavar dinheiro do tráfico.

Notícia veiculada com frequência também mostram a estrita ligação entre contraventores brasileiros e a máfia dos caça-níqueis que perpetuam suas atividades ilícitas e estendem seus tentáculos cada vez mais longos por todo o País.

PROJETO DE LEI Nº 87/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a realização de cobranças de serviços de empresas privadas, através do sistema de cobrança dos serviços de energia elétrica e de água e esgoto, prestados, respectivamente pela Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, pela Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, pela Telepar Brasil Telecom, e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular), que não tenham relação direta com o objeto da prestação de serviços destas concessionárias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Os usuários dos serviços de energia elétrica, de água e esgoto e telefonia fixa e celular prestados respectivamente pelas concessionárias Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sanepar - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, Telepar Brasil Telecom e outras concessionárias de serviços telefônicos, vem sendo desrespeitados em seus direitos constitucionalmente assegurados. Hoje estas concessionárias vem procedendo cobranças de empresas privadas que prestam serviços completamente adversos aos de energia elétrica, água e esgoto e telefonia. Os usuários estão sendo cobrados através das faturas das concessionárias, por serviços diversos prestados por outras empresas, sendo que estas empresas vinculam suas cobranças às faturas das referidas concessionárias, ganham uma garantia de recebimento, pois os usuários não podem atrasar os pagamentos, o que implicaria no corte dos respectivos serviços prestados.

É necessária a desvinculação dos serviços necessário e básicos da Copel, da Sanepar, da Telepar Brasil Telecom e outras empresas, a bem dos consumidores paranaenses.

E sendo assim, conclamo a todos os nobres Pares desta Assembléia Legislativa, a darem o apoio a esta iniciativa, por se tratar de matéria de relevante interesse dos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 88/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1.995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade estudantil expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º Grau - UBES, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - UPES, União Nacional dos Estudantes - UNE e pela União Paranaense dos Estudantes - UPE.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como único objetivo incluir no artigo 2º da Lei nº 11.182, a União Paranaense dos Estudantes - UPE, entidade legalizada no Estado e em pleno funcionamento de todas as suas atividades.

Diante do exposto, o presente plano de lei atende os requisitos legais exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 89/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica proibida a cobrança da taxa de iluminação pública no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - A responsabilidade pela despesa com a energia gasta na iluminação pública, em cada município, ficará por conta da Copel, na forma de ressarcimento ao município pelo uso do solo pela utilização em caráter permanente na fixação dos postes para transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa desobrigar os cidadãos paranaenses de pagar a taxa de iluminação pública.

Entendemos caber à Copel arcar com a responsabilidade pela despesa acima descrita, devido a mesma utilizar-se do solo municipal de modo gratuito na fixação dos postes para a transmissão e distribuição de energia elétrica.

Assim, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o devido apoio dos nobres Pares na aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 90/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica a administração pública, em todos os níveis, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as empresas estatais e de economia mista, as empresas públicas, e todos os demais organismos públicos ou privados sob controle da sociedade brasileira, ficam obrigadas a utilizarem preferencialmente em seus sistemas e equipamentos de informática, programas abertos, livres de restrição proprietária quanto a sua cessão, alteração e distribuição.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou alteração de suas características originais.

Art. 3º - O programa aberto deve assegurar ao usuário acesso irrestrito ao seu código fonte, sem qualquer custo, com vista a modificar o programa, integralmente, se necessário, para o seu aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - O código fonte deve ser o recurso preferencial utilizado pelo programador para modificar o programa, não sendo permitido ofuscar a sua acessibilidade, nem tampouco introduzir qualquer forma intermediária como saída de um pré-processador ou tradutor.

Art. 4º - A licença de utilização dos programas abertos deve permitir modificações e trabalhos derivados e sua livre distribuição sob os mesmos termos da licença do programa original.

§ 1º - A licença somente poderá restringir a distribuição do código fonte em forma modificada caso permita a distribuição de programas alterados conjuntamente com o código fonte original, objetivando a alteração do programa durante o processo de compilação.

§ 2º - Deve permitir também explicitamente a distribuição de programa compilado a partir do código fonte modificado, podendo para tanto exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão, que os diferenciem do original.

Art. 5º - Não poderá haver cláusula na licença que implique em qualquer forma de discriminação a pessoa ou grupos.

Art. 6º - nenhuma licença poderá ser específica para determinado produto, possibilitando que os programas extraídos da distribuição original tenham a mesma garantia de livre alteração, distribuição ou utilização, que o programa original.

Art. 7º - As licenças de programas abertos ou restritos, não restringirão outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 8º - Os certames licitatórios que objetivem transacionar programas de computadores com os entes especificados no artigo 1º desta lei, deverão obrigatoriamente ser regidos pelos princípios estabelecidos nesta legislação.

Art. 9º - Apenas será permitida a utilização pelos entes do artigo 1º, de programas de computador cujas licenças não estejam em acordo com esta lei, na ausência de programas abertos que não contemplem a contento as soluções objeto da licitação pública.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa dar condições de maior variedade em opções ao Estado para aquisição de software aberto nos órgãos estatais.

Por outro lado, essa medida visa proporcionar economia ao nosso Estado, que pela exclusividade dos direitos autorais e de propriedade fica preso a software fechado.

Hoje a iniciativa privada adota programas abertos com o fim de baratear os investimentos tecnológicos, além de, proporcionar maior liberdade àquela empresa.

Assim, não tem porque o Estado continuar pagando caro pelo programa fechado de mercado em contrapartida com a escassez de recursos pela qual passa a maioria das causas sociais patrocinadas pelo próprio Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 91/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a venda, transferência ou alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessões de geração e de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, a eles são se aplicando os dispositivos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Art. 2º - A proibição estabelecida no artigo anterior alcança as ações ou quotas de sociedades ou empresas constituídas para exploração de concessões de geração ou de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, que também não poderão ser dadas em caução, oferecidas como garantia de operações de crédito, financiamento ou operação de qualquer natureza.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei constitui uma nova alternativa contra a privatização da Copel, para discussão e deliberação pela Assembléia Legislativa.

O artigo 1º proíbe a venda, transferência ou alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessão de geração e de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, a eles não se aplicando os dispositivos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

O artigo 2º dispõe que a proibição estabelecida no artigo anterior alcança as ações ou quotas de sociedade ou empresas constituídas para exploração de concessões de geração ou de transmissão de energia elétrica pelo

Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, que também não poderão ser dadas em caução, oferecidas como garantia de operações de qualquer natureza.

A conjuntura atual é completamente diferente daquela em vigor no segundo semestre de 1998.

De lá para cá ocorreu uma expressiva desvalorização cambial. O dólar norte americano, que valia R\$1,23, ultrapassou a casa dos R\$2,00.

Também existe a forte possibilidade de racionamento de energia elétrica a curto e médio prazo. A imprensa e os meios de comunicação em geral já estão divulgando que ainda neste semestre o governo federal promoverá campanhas de economia, “racionalização”, de energia elétrica.

A elevação das tarifas de energia elétrica tornou-se concreta, diante duma situação como essa.

O fato acarretará prejuízos ao comércio e à indústria paranaense. Eles perderão poder de competição no âmbito interno e externo, com agravamento da produção no Estado do Paraná.

O aumento das tarifas de energia elétrica poderá até inviabilizar novos investimentos no Estado do Paraná.

A Copel, por sua vez, é uma companhia que sempre apresentou lucros expressivos e excelentes resultados.

O seu desempenho como empresa de energia elétrica é o mais eficiente possível, constituindo modelo e referência no setor.

Nessas condições, não tem mais cabimento a privatização da Copel, nos exatos termos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

O presente projeto de lei, finalmente, dá condições ao governo do Estado do Paraná de privatizar os serviços de distribuição de energia elétrica e as participações societárias que a Copel tem em outras empresas, como a Sercomtel, Compagás, Tradener e outras.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

#### O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, gostaria de estar ocupando este espaço que ocupo hoje nesta tribuna, ontem, durante a audiência de entrevista e questionamentos junto ao presidente da Copel, mas o faço hoje até porque ontem não foi possível e gostaria de externar aqui o meu pensamento e o pensamento da bancada do PSDB a respeito da questão Copel.

Em primeiro lugar dizer que muito embora exista uma lei federal que prevê através do plano nacional de eletrificação de energia elétrica a desestatização, a privatização das companhias de energia, esta lei não obriga, não impõe a nenhum Estado que assim o faça, até porque esta lei tem uma abrangência maior, é uma lei de abrangência nacional e todos nós sabemos que nem todas as companhias são eficientes, competitivas, como é a Copel.

A Copel tem privilégios que só a Copel tem. Está no Paraná, um Estado onde as chuvas têm sido abundantes, onde os reservatórios de suas hidrelétricas tem estado cheios, ao contrário do que acontece em outros Estados da federação e com outras companhias de desenvolvimento.

Então, não aceitamos o argumento, inclusive utilizado em campanhas publicitárias de que a privatização da Copel é uma imposição do governo federal; o governo federal pressiona o Estado para que a Copel seja privatizada e assim por diante.

Em segundo lugar, a impressão clara que eu fiquei e certamente muitos dos colegas parlamentares, é de que o argumento para se vender a Copel no presente momento é único e exclusivamente furos de caixa, falta de recursos para o governo tocar as suas atividades até o final do mandato. E mais do que os argumentos expostos ontem, e que não convenceram, pelo secretário Ingo, nós conhecemos a realidade do Estado. Basta nós parlamentares que atuamos no dia-a-dia nesta Casa e em todo o Estado do Paraná, pararmos para fazer uma pequena reflexão - milhares e milhares de convênios assinados com os municípios de todo o Paraná, a maioria deles antes da eleição do governador, estão todos paralisados por falta de recursos para serem tocadas as obras.

O arrocho dos salários dos funcionários, a falta de funcionários na estrutura pública e particularmente na Polícia Civil e na Polícia Militar, até a falta de combustível para a locomoção das viaturas.

A retenção por parte do governo do Estado, de parte do ICMS dos municípios como aconteceu no final do ano, o endividamento brutal do Estado, que pulou para 16,8 bilhões de reais.

As ações da Copel que já foram caucionadas - eu tenho em mãos um termo aditivo que foi assinado no dia 20 de dezembro do ano de 2000, onde o governo do Estado se compromete e repassar um montante equivalente a trezentos milhões de reais, das primeiras ações que a Copel vai vender, para o Banco Itaú - ações caucionadas da Copel.

As obras tocadas diretamente pelo governo do Estado, que estão paradas. É o caso do que está acontecendo na minha região com o Parque da Barragem, com o Portal da Entrada, na cidade de Foz do Iguaçu. Todas as obras paradas há vários anos e todos nós sabemos que é por falta de recursos.

Não convence de jeito nenhum o argumento de que a pressão é política, do governo federal e de que tecnicamente tem que ser privatizada, porque é um momento adequado para se vender a Copel. Nada disso nos convence. Só um argumento nos chamou a atenção e a esse demos credibilidade. Os apontados aqui pelo deputado Valdir Rossoni, que falou textualmente e não desmentiu até o presente momento, de que o Estado do Paraná, o governo do Estado do Paraná, é um doente em fase terminal.

Aliás, argumento também usados pelo presidente desta casa, o nosso prezado deputado Hermas Brandão.

Essa é uma posição, não só minha como deputado do PSDB, à questão Copel.

Comunico a esta Casa que, como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor estou apresentando um projeto de lei, para ser transformado em lei e vigorar em todo o Estado do Paraná, que proíbe a exposição e a exploração das máquinas caça-níqueis em estabelecimentos no Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, virou uma vergonha o que está acontecendo com essas máquinas caça-níqueis. Ainda hoje o jornal o Estado do Paraná traz uma matéria de que 140 máquinas estariam sendo apreendidas em Curitiba, porque não tem autorização e não têm selo. Essas estavam querendo funcionar no paralelo. Umas autorizadas na polícia e tem milhares e milhares, aqui, em Curitiba e em todo o Estado do Paraná, que estão virando verdadeiro câncer, não só para os paranaenses de um modo geral, mas principalmente para nossas crianças, que estão faltando aula para ir a esses estabelecimentos, gastar o trocadinho que seria da merenda, engordando algum empresário que atua nesse meio escuso, em convivência a participação de integrantes da polícia, em todo o Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Vossa Excelência toca em um assunto que tem merecido por parte deste parlamentar e do deputado Luiz Carlos Martins, inclusive, apresentamos à Mesa, há mais de trinta dias, um pedido de informações à Serlopar - pena que não o tenho aqui em mãos onde fazemos uma série de indagações: quem autorizou ou quem está autorizando; quem está dando alvará; quem está fiscalizando; o que está entrando de dinheiro para o Estado com as maquininhas caça-níqueis, que proliferam em toda a Curitiba. Em Curitiba, em cada boteco, em cada quadra, se tiver cinco botecos, tem seis máquinas - até em portas de igrejas.

Os bingos, então, nem se fala. Quem é que está fiscalizando isso. Quem é que está autorizando? O que é que se está arrecadando? Como é que se está distribuindo à Secretaria da Criança e Assuntos da Família, enfim, a essas entidades? Como é que está sendo feito isso? Já faz mais de trinta dias e eu ainda não recebi.

Vou dar um prazo ainda até segunda-feira, caso contrário entrarei dentro do que diz o Regimento Interno desta Casa e, evidentemente, responsabilizar a Serlopar por não ter enviado a esta Casa, dentro do prazo de 30 dias a resposta deste meu pedido de informações.

Parece-me que de repente alguém ou algum passarinho deve ter dito à polícia, que tinha que dar um basta nesta bagunça toda, das maquininhas caça-níqueis.

Ontem, apreenderam 130 maquininhas caça-níqueis pela cidade. O problema não é apreender a maquininha, porque no lugar dessa vem outra, é saber

quem é o proprietário da maquininha; quem é que está alugando a maquininha; quem é que está fornecendo a maquininha; quem é que está levando vantagem em cima da moedinha do cidadão paranaense que cai naquela maquininha e não retorna para ele.

Muito obrigado.

#### **O SR. SÉRGIO SPADA**

Eles estão apreendendo as máquinas que não têm selo, código de identificação, porque está havendo aí uma proliferação e tem gente que não está passando pelo esquema de controle do funcionamento dessas máquinas. Aí apreende algumas a pretexto de que não têm alvará, alguma coisa nesse sentido: mas as que têm o alvará, alvará cá para nós, entre aspas, essas estão funcionando a todo vapor em todos os cantos. E olhem bem, senhores deputados, não é só caça-níquel não, não é moedinha não, eu conheço história do cidadão que saiu do banco com o seu salário e deixou todo na maquininha, conheço história de cidadão que perdeu cinco mil reais durante o dia numa maquininha dessas. É a mesma maquininha que tem nos cassinos do Brasil e do mundo inteiro.

Na verdade o Paraná virou um grande cassino.

#### **O Sr. Ricardo Maia**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Quero aproveitar a oportunidade e dizer que já tramita nesta Casa um projeto de minha autoria já há vários meses, um projeto de lei que proíbe o funcionamento e instalação de caça-níqueis no nosso Estado do Paraná.

É um projeto constitucional, é projeto legal, já o analisamos, já entramos com requerimento de urgência e foi aprovado pedindo a sua votação, e o mesmo está parado nas comissões desta Casa.

Então nós até pedimos, não sei se o objetivo é o mesmo, para que possamos pedir aqui à Mesa da Casa que coloque esse projeto numa pauta dos próximos dias, que já é um projeto de mais ou menos um ano, de nove a doze meses já.

#### **O SR. SÉRGIO SPADA**

Obrigado pelo aparte.

Enquanto isso a sociedade paranaense está sendo lesada. Vamos somar forças deputado Ricardo Maia, com o seu projeto, o meu projeto, não importa como, aproveitar de bom e que tem nos dois e se possível vê-lo aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governo do Estado.

Obrigado senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)**

Informo que Vossa Excelência usou o Horário da Liderança do PSDB, também.

No Pequeno Expediente, deputado Edson Strapason com a palavra.

**O SR. EDSON STRAPASSON**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

A questão que nos traz à tribuna nesta tarde na Assembléia é uma questão que tem sido alvo de manifestações na nossa região, no dia de ontem e no dia de hoje, e muito divulgado, discutido pelos canais de imprensa, que realmente é uma questão que veio à tona neste momento, mas que na verdade retrata o quadro crítico, o descaso que o governo do Estado do Paraná trata a educação da nossa região metropolitana e nosso Estado do Paraná.

Nós tivemos um início de ano letivo ainda no dia 12 de fevereiro, e infelizmente hoje, dia 28 de março, há um mês e quinze dias, ou mais, nós temos ainda as escolas de Curitiba, da região metropolitana, especialmente do meu município de Colombo, em condições críticas, colocando os diretores das escolas em estado de desespero, porque é difícil você justificar a nível de região para quase vinte mil alunos que infelizmente, por problemas operacionais a Secretaria de Estado ainda não conseguiu contratar os professores para que os alunos pudessem ter a sua aula de acordo com o calendário escolar.

Evidentemente entendemos que a região cresce, mas não conseguimos admitir que a Secretaria de Estado da Educação, juntamente com o núcleo Norte, não tenham, depois de seis anos, uma contratação prévia para que tenhamos, já no início do ano letivo, os professores contratados, porque realmente o calendário assim o exige.

Infelizmente esse é o retrato senhores deputados, da realidade da educação do nosso Estado, quando por falta de plano de carreira, nós temos professores contratados pelo regime estatutário, nós temos professores contratados pelo regime CLT, da Secretaria de Estado da Educação e temos também os famosos professores contratados pelo Paranaeducação, que é, sem dúvida, o câncer da Educação do nosso Estado. eu vi na imprensa, hoje, uma informação que dizia: Não encontramos professores para que pudesse lecionar as aulas devidas. Senhores deputados, uma mentira, porque nos temos nos quadros do Estado, professores com disponibilidade de temporária ou emergencialmente lecionar as aulas que os professores ainda não foram contratados.

Mas não podemos admitir, senhores deputados, que não exista um plano de carreira, não exista um plano que estimule o professor, o cidadão deste Estado a ingressar na carreira de professor, porque não é possível que a cada final de ano, massas de professores coloquem as suas famílias em polvorosa, sabendo que serão demitidos para serem, talvez, contratados no ano seguinte. Isso coloca o desestímulo que é a Educação do nosso Estado, retrata, acima de tudo que a função do professor que deve ter um plano de carreira que estimule, que incentive, para que nós tenhamos mais professores eficientes, qualificados, para que possamos melhorar, de verdade, a Educação.

Não é possível admitir depois de um mês e meio que nós ainda tenhamos alunos sem professores em nossa região metropolitana e eu nem falo aqui do interior do Estado, que, por razões de distância e deslocamento às vezes é difícil até contratar.

Sem dúvida o governo do Estado do Paraná terá que repensar. Nós também estamos protocolando um requerimento, nesta Casa, sabemos que o deputado Ricardo Chab também o fez, para que a secretária da Educação venha a esta Casa explicar, sem enrolação, como ela está tratando a Educação, no Paraná.

Para concluir, senhores deputados, nós queremos que a secretária venha a esta Casa porque não se pode admitir que o Estado do Paraná, que é um Estado que diz que tem a melhor qualidade de vida do Brasil, não tenha até hoje um plano de carreira, não tenha até hoje, professores em sala de aula, não tenha estimulado para que nós tenhamos uma Educação de melhor qualidade. Não se admite, de forma nenhuma, depois de todo esse tempo, que isso aconteça. Nós precisamos nos colocar, enquanto parlamentares, ao lado da nossa gente, para que possamos definitivamente exigir que o governo do Estado cumpra aquilo que é a sua obrigação maior e mais sagrada que é dar educação à altura de nossa gente.

Muito obrigado.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Aproveito para informar o deputado Strapasson, que a secretária da Educação já está convocada pela Comissão de Educação, desta Casa, para estar aqui na 3ª feira, às 10 horas, para prestar declarações e esclarecimentos àquela comissão.

É o grande momento que tem essa Casa de questionar a situação da Educação, no Paraná, não ficando restrito somente aos deputados da Comissão, mas todos os deputados da Casa poderão participar desta reunião.

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Só para justificar ao Plenário que o nosso requerimento, convocando a secretária, deputado Algaci Tulio, vai ser votado hoje, quero crer que venha ser aprovado, na sessão de hoje.

**O SR. ALGACI TULIO**

Só para completar, nós com o presidente Vanhoni, colocamos como certa a aprovação deste requerimento, razão pela qual já estamos marcando para a próxima 3ª feira.

**O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)**

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de São Miguel do Iguaçu, Daniel Ghellere, dos vereadores Francisco Mota, Deoclésio Gonzape e Claudiomiro Dutra.



**O SR. PRESIENTE (Hermas Brandão)**

Devidamente registrado nos anais da Casa visitas tão importantes.

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Ricardo Chab.

**O SR. RICARDO CHAB**

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu, na sessão de ontem, infelizmente, a minha inscrição era de número 24, e eu, embora tendo esse número que não é nada agradável, não pude inquirir, perguntar ao presidente da Copel, senhor Ingo Hübert.

Tenho aqui comigo anotadas algumas indagações que eu gostaria de fazer nesta tarde aos dois líderes do governo desta Casa, porque como deputado eu não consigo, embora tenha ficado sentado 5 horas e meia, embora tenha prestado muita atenção, não consegui hoje pela manhã, na emissora de rádio onde trabalho, explicar à população o porque da venda da Copel.

Então, eu gostaria de entrar em alguns assuntos. A privatização da Copel é um assunto que atinge a todos nós. Gostaria de começar nesta tarde fazendo uma análise das estimativas quanto ao preço da venda da Copel.

O valor patrimonial da empresa é de 5 bilhões de reais. Em uma reunião com os senhores deputados, que eu não participei, o secretário da Fazenda afirmou que o ágio esperado poderia elevar esse preço para 9 bilhões de reais. Eu não estive na reunião, mas o secretário Ingo disse agora aos deputados, e para a imprensa também.

Eu gostaria de saber qual é a estimativa do valor da venda da Copel, que o secretário Ingo Hübert tem informado ao nosso governador, ao governador Jaime Lerner. Será que o secretário tem dito ao governador que o valor é de 5 bilhões? É de 9 bilhões? É de 25 bilhões? Qual é o valor?

Eu quero então, saber dos líderes do governo, nesta tarde o seguinte: Eu não tenho dúvidas, eu, deputado Ricardo Chab, deputado Traiano, não tenho dúvidas que o governador está sendo mal assessorado nesse assunto com relação ao preço, porque é muito diferente para o Estado que detém 31% das ações patrimoniais da Copel, receberam um milhão e meio de reais no caso da venda de 5 bilhões, ou mais de 8 bilhões, no caso da venda por 25 bilhões.

É sabido, deputado Traiano, e aí que eu quero uma resposta porque ontem eu não pude perguntar ao presidente Ingo Hübert, não que eu tenha perdido a oportunidade, eu fiquei aqui de plantão até às 8 da noite, quando o presidente encerrou a sessão.

Então é sabido, que somente as três maiores usinas hidrelétricas da Copel não poderiam ser construídas hoje com menos de 1 bilhão de reais cada usina, somente três delas, não seriam construídas hoje com menos de 1 bilhão de reais cada usina, e só as usinas hidrelétricas a Copel tem 17, e vou mais longe, a Companhia tem ainda uma usina termoelétrica, são 109 subestações, são 7 mil quilômetros de linhas, somente de transmissão, na dis-

tribuição são mais 231 subestações e mais 152 mil quilômetros de redes. qual é o valor deste patrimônio que estou informando o governador Jaime Lerner? 5 bilhões? Ué! Casa usina para se construir é 1 bilhão!

Então o governador está mal assessorado com relação ao preço da Copel. Eu não pude perguntar isso ontem ao presidente, mas vou prosseguir.

Tem mais ainda, se vocês não sabem, eu tenho certeza que os senhores sabem porque são deputados bem informados.

A empresa possui centenas de imóveis por Curitiba e por todo o Estado do Paraná, imóveis grandes como as boas construções em terrenos enormes, por exemplo, o Chapéu Pensador, aonde o governador vai se reunir. O Chapéu Pensador será vendido porque é de propriedade da Copel?

Então uma reunião à noite no Chapéu Pensador, não mais principalmente no domingo e eu quero ir mais longe, não quero entrar em imóveis na Santa Quitéria, imóveis em outros cantos, não quero entrar.

Há de se lembrar ainda, senhores deputados, da Fundação Copel, que ontem, infelizmente, o presidente Ingo Hübert não tocou no assunto Fundação Copel. Ninguém aqui nesse Plenário ontem, tocou a respeito da Fundação Copel e nós tínhamos no Plenário centenas e centenas de funcionários da Copel, um patrimônio construído pelos empregados da companhia, Fundação que serviu para manter os empregados da empresa.

Gostaria de colocar aos senhores a questão dos benefícios assistenciais, complementação da aposentadoria oferecido pela Fundação, que não é da fonte usada pelo Estado nas negociações com os copelianos durante muitos anos.

Ressalta-se ainda, a proposta que a Fundação não dá nada de graça, mas foi construída com a contribuição de cada servidor da Copel.

Eu ontem, aqui ouvi atentamente durante a sessão, líder do Governo deputado Traiano, o secretário afirmar perante este plenário, dizer o seguinte: “A Copel não suportará a concorrência de outras empresas de eletricidade”.

Repetiu isso dezenas de vezes aqui da tribuna.

Deputado Traiano, quero explicar ao senhor o seguinte, só para o senhor saber e para que os demais deputados saibam. A primeira questão levantada em cima disso é a seguinte: “As concorrentes, muitas empresas dessas são mais fracas que a Copel, são piores que a Copel.

Ora, para competir com a Copel, hoje não há concorrência em termos de energia elétrica.

Então, esta justificativa é que é complicada.

Porque que essas empresas mais fracas viriam ao Paraná, aonde teriam que debater com a Copel, que é toda poderosa no setor energético? O saldo dessa disputa, é indiscutivelmente a grande vantagem da Copel!

A Copel, se os senhores não sabem, vende energia elétrica para três grandes indústrias de São Paulo e do

Rio Grande do Sul e o presidente Ingo, ontem, omitiu isso!

Nós não ouvimos nada disso aqui, Eu, aqui plantado até as 20:00 horas, para inquirir o presidente e não consegui!

Nenhum grande empresário paranaense, se os senhores não sabem, compra energia de fora. Todos empresários aqui do Paraná utilizam a energia elétrica da Copel.

A Copel já vende para empresários de fora. Onde que está a perda da concorrência?

O secretário também tem asseverado. Falou aqui ontem, várias vezes, que a Copel não poderá investir na construção de grandes usinas no futuro. Ora, minha gente, de novo!

De novo tenho que explicar à população. A Copel pode perfeitamente adotar parceiros estratégicos, tem o maior interesse de fazer a parceria estrategicamente com a Copel, na questão de produção de energia elétrica.

Então são colocações do secretário Ingo, que a mim, não me convenceram ainda.

Gostaria de dar o aparte ao deputado Marcos Isfer.

#### **O Sr. Marcos Isfer**

Apenas para dizer ao deputado Chab, que estou reapresentando as perguntas que fiz ontem, ao diretor-presidente da Copel. Porque, quando lhe perguntei, quanto havia investido nas outras parcerias?

Ele nos respondeu aqui: Cerca de 200 milhões.

Nós sabemos que apenas a Sercomtel foi 186 milhões.

Então, eu estou reapresentando, porque também da mesma forma que Vossa Excelência, eu não fiquei satisfeito, porque a pergunta que fiz foi clara: Quanto falta ao Fundo de Previdência?

Quanto falta para dar governabilidade ao Estado do Paraná?

Este valor acho que nenhum deputado desta Casa é contrário. A partir daí é o que diz Vossa Excelência: Quem sabe o tamanho do que se está vendendo?

#### **O SR. RICARDO CHAB**

O secretário afirmou também ontem, aqui, que a empresa mesmo sendo privatizada, manterá obras e serviços de caráter social, hoje desenvolvidos e executados por estatais. Ora, aí eu tenho que ir embora do plenário! Ora, se nós vamos vender para um empresário e o empresário vai manter o caráter social? Ora, eles querem lucro! O lucro é incompatível com a questão social! Então, essa conversa também não pega. São desses dados que eu gostaria de ter resposta mas não tive.

Quero colocar o seguinte: a corporação privada jamais vai investir, vai lançar cabos submarinos como a Copel fez. O deputado Cartário conhece bem o litoral do Estado e outros que atuam no litoral. A Copel gastou milhões e milhões de reais lançados cabos submarinos. Foram gastos milhões de reais lá no litoral para beneficiar

comunidades carentes de pescadores. Duvido que a empresa privada faria isso.

Deputado Cezar Silvestri, Vossa Excelência tem o aparte que solicitou.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Chab, estou ouvindo com atenção o seu pronunciamento e vem de encontro com o que eu penso.

Estou apresentando, junto com o deputado Isfer, um projeto que mantém na mão do governo, se não conseguirmos derrubar o projeto que autoriza a privatização da Copel, de manter nas mãos do governo, o setor de geração e transmissão e - Vossa Excelência apresenta alguns números que comprovam a idéia que defendemos.

Ontem o secretário - presidente da Copel, Ingo Hübert, firmava que no futuro teremos quatro grandes empresa de energia elétrica.

Por coincidência, hoje, lendo um recorte da Gazeta do Povo, de 28 de março, li o seguinte: "Sul não tem mais como mandar energia para o Sudeste. As hidrelétricas do Sul do País, principalmente do Paraná, que estão com os seus reservatórios cheios, não têm mais como mandar energia para o Sudeste.

A propósito, uma das condições para evitar o racionamento de energia no Sul do País, esbarra no setor de transmissão. Os linhões que interligam as duas regiões já estão operando com a capacidade máxima".

Então, veja, deputado, se hoje nós já estamos vivendo esse problema, como é que vamos fazer daqui a dois ou três anos? Que é que vai fazer esses milhões de metros que Vossa Excelência citava agora, de linhas de transmissão que a Copel fez ao longo dos últimos 20, 30 anos? Quem vai poder competir nessas condições?

A Cesp, para se ter uma idéia, uma das - poucas geradoras que foi tentada ser privatizada aqui na região Sul e Sudeste foi a Cesp. Não apareceu nenhum interessado, porque ela deve 40 bilhões de reais. Todas as outras que foram privatizadas, são apenas distribuidoras. de onde viria a energia num momento de colapso? A Celesc em Santa Catarina não é geradora. Ela é apenas distribuidora. Não foi privatizada, inclusive o governo vem lutando de todas as formas para que não seja privatizada.

Então realmente Vossa Excelência tem razão.

Acredito que se nós conseguirmos manter a geração e distribuição de energia no Estado do Paraná, estaremos garantindo o futuro estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Todos nós devemos lutar pelo menos por essa idéia. Se não conseguirmos segurar o projeto pelo menos aprovando o projeto que mantém a geração e a distribuição, que apresentamos nesta Casa na data de hoje.

#### **O SR. RICARDO CHAB**

Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa lhe concede mais um minuto para conclusão.

O SR. RICARDO CHAB

Eu teria uma indagação a deixar aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós já fomos complacentes.

O SR. RICARDO CHAB

Eu sei disso, mas é que ontem o secretário tocou na Lei nº 8666.

A Lei nº 8666 vem de 1993 para cá e é exatamente de 1993 para cá que a Copel vem apresentando os grandes lucros. Eu não entendo qual é o erro da Lei nº 8666.

Pelo contrário. Foi esta a lei que ajudou a Copel a crescer.

O Sr. Ademar Traiano

Não tem nada a ver com lucro, deputado. Esta interpretação está errada.

O SR. RICARDO CHAB

Não dei aparte para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está com a palavra o deputado Ricardo Chab, para concluir.

O SR. RICARDO CHAB

Abro espaço da conclusão para o deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Infelizmente, o tempo é curto.

Mas, eu vou deixar que Vossa Excelência faça seu término e vou usar da tribuna, daqui a pouco.

Obrigado.

O SR. RICARDO CHAB

Só para concluir, o deputado Traiano pode fazer depois, no Horário das Lideranças.

Agradeço a complacência e vou deixar no ar mais um outro senão que não pude ouvir o presidente Ingo, ontem, e lamento profundamente.

Espero que a Liderança do Governo me responda: o secretário afirmou que a qualidade dos serviços de energia elétrica melhorou com as privatizações.

Não é verdade. Melhorou, sim, lá no Nordeste.

Pergunta para o povo do Rio de Janeiro e São Paulo sobre os “apagões”.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade, no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

A mesma angústia que o deputado Ricardo Chab sentiu ontem, eu vivi e estou solidária, porque eu tinha uma série de questões para falar para o nosso secretário. Aliás, um super-secretário: diretor da empresa que dá maior lucro ao Paraná, secretário de Estado do Governo, e vir aqui e dar tão poucas respostas, para um cara que tem duplo cargo deve ter as maiores e melhores informações do Governo, porque está dentro do Governo e dentro da empresa. Está estando no governo mas na empresa, faz tempo que está lá. Não poderia deixar de responder como foi evasivo, foi nebuloso, tentando esconder as verdadeiras intenções de queimar o patrimônio público da Copel com meras elocubrações e projeções técnicas.

Porque o povo do Paraná talvez não vá entender e falar de “desregulamentação do setor elétrico”. O povo não sabe o que é “desestatizar”.

Agora, o povo do Paraná sabe o que “chuncho”, “esquema” e “corrupção”. É uma linguagem rápida. Quando se fala em “título podre”, o cara não quer saber o que é título, mas ele sabe o que é “podre”: eles compreendem “podridão”.

Então o secretário também falhou na medida em que não respondeu estas questões do povo do Paraná. E nós, deputados da Assembléia, que somos contra a privatização da Copel, queremos nos aproximar do raciocínio médio da população paranaense, que é o seguinte: falaram que tudo que tudo que é privado é bom. Começaram a privatizar. Privatiza isso. Privatiza aquilo. E falaram que se privatizar, vai sobrar dinheiro para educação, para segurança e para a saúde. Privatizou, privatizou, privatizou. Segurança, o pessoal está reclamando todos os dias, “queimando pneu”. Aliás, segurança tem que mandar para o nosso procurador do Estado. Colocar um segurança para segurá-lo. Saúde, temos dengue, uma doença da Idade Média, febre amarela. Na educação, faltam professores e assim por diante.

O secretário não falou um “ai”, por exemplo, no que é que vai render a privatização da Copel e quanto vai ser de abordagem orçamentária.

“Olha, vão vender a Copel, vai ter um bilhão de reais. Vamos investir um bilhão de reais na escola. Vamos concluir tais e tais escolas. Vamos contratar professores e fazer concurso público e vamos parar com essa confusão aí de orientador educacional, supervisor de escola estar dando aula de Física e Química no ensino médio.”

O secretário não fez uma abordagem social na questão da privatização. Não falou a linguagem do povo e não justificou a necessidade da privatização. Eu queria dizer isso para o secretário, olhando no rosto dele. Agora saio dessa audiência muito mais convicto para combater a privatização da Copel. Mas muito mais tranquilo, porque o povo do Paraná está cansado. Saímos daqui, portanto, muito mais tranquilos para combater o processo de entrega da Copel.

Queria também falar isso para o secretário, na medida em que ele respondia ao deputado Caíto Quintana e ele cobrou uma lei. E ele falava de uma forma bastante acintosa e, muitas vezes, foi deselegante, dizendo: “Olha, deputado, o senhor conhece a lei profundamente. “Obviamente que não somos enciclopédia legal ambulante. Mas nós conhecemos a falta de comida, a falta de segurança, a falta de escola e o sofrimento do povo.

E o secretário, tratando de uma abordagem absolutamente técnica, respondia ao deputado Caíto Quintana na questão da água que o deputado Caíto Quintana apenas abordou para enfatizar o que eu pensava e inclusive ia falar também. Porque a água é do Paraná. Mas se você controlar a captação e a distribuição de água, na prática você controla a água paranaense.

A energia elétrica, o secretário falava: “... o interruptor vai ser o mesmo, a usina vai ser a mesma, o rio vai ser o mesmo.” Se você controlar a usina, a transmissão e a distribuição, você controla os rios, você controla tudo em termos de energia elétrica.

É a mesma coisa que colocar bandido para cuidar da frente da sua casa.

E a iniciativa privada não pensa no valor estratégico da energia. Vai deixar faltar para aumentar os custos, a tarifa.

E, aliás, se tudo que é privado é bom, nós devíamos concordar, porque o secretário falou ontem: “Olha, o Espírito Santo foi, Rio de Janeiro foi, São Paulo vai ser privatizado... Não, e está uma maravilha por sinal! Não vai dar apagão, não está aumentando a tarifa. É uma maravilha o que está com a privatização.”

Então dá uma receita de um bolo envenenado e diz que é para nós comermos. Isso que o povo do Paraná pensa: “Se estão privatizando e está faltando energia, já dá apagão e tem esquema de racionamento. Então não pode privatizar. Isso é uma loucura, está errado!”

E, aliás, a Cemig que continua a ser uma empresa controlada pelo Estado de Minas Gerais, começou uma coisa que o governo do Paraná, Jaime Lerner, não pensou em termos de idéias geniais, já que ele é um mito, que é o racionamento de energia elétrica começar pelo setor público.

Falando em mito, ontem o secretário Ingo Hübert falou que nós estamos trabalhando com um mito. E falou, ainda, uma frase que foi criada pelo Rafael Greca e passada para ele, que a mentira tem pressa.

E realmente, deputado Waldyr Pugliesi, a mentira tem pressa. É a única coisa que eu concordei com o secretário ontem. E tão apressada a mentira que o governo Jaime Lerner já o fez com tanta pressa no dia 4 de fevereiro de 96, falando que não ia privatizar a Copel.

A mentira realmente tem pressa. Começaram a mentir há muito tempo. A mentira tem pressa.

O governo do Estado paga nos jornais propaganda e hoje saiu nota oficial em vários jornais, pago com dinheiro nosso, dinheiro público, enquanto nós estamos fazendo nosso adesivozinho aí com a economia do nosso

salário, de cada sindicato, com o dinheiro público colocaram no jornal, queria chamar atenção do deputado Durval Amaral, da Liderança do Governo, que no Espírito Santo e a empresa Excelsa foi privatizada pelo governo do PT. A mentira tem pressa.

A Excelsa foi privatizada. Começou o processo de privatização em 1994, em outubro de 94 e terminou em julho de 95. A Excelsa era uma empresa do governo federal. O governo do Estado do Espírito Santo, do PT, quando pegou a empresa, estava apenas com 2% das ações, quando já não era mais do PT, já era do PV, vendeu as ações. Então, o governo mente em propaganda oficial.

O governo do Estado do Paraná tem pressa com a mentira. Mentiu no jornal, o Lerner, na televisão, e mente agora de novo.

Senhor presidente, quero comunicar à Casa que o Partido dos Trabalhadores está entrando nesta semana com várias ações na Justiça pedindo direito de resposta na mesma proporção de ofensa ao partido e da mentira e também está processando o governo por calúnia, difamação e prejuízo moral ao Partido dos Trabalhadores, tamanha a mentira.

E viva! A mentira tem pressa, sobretudo na batuta do governador Jaime Lerner.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito as galerias que não se manifestem. É uma satisfação receber visitantes em nossa Casa, a Casa do povo paranaense.

Deputado Ricardo Maia, com a palavra.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos que nos visitam.

Ontem nós não tivemos oportunidade de usar a tribuna pelo adiantado do horário, estávamos inscritos, e não poderíamos deixar de falar aqui neste momento sobre a Copel. Tivemos aqui o presidente, doutor Ingo, secretário de Estado da Fazenda, e hoje no Estado do Paraná, gente, como sou do interior visito vários municípios, e não se fala em outra coisa senão a privatização ou a venda da Copel.

E nós temos analisado muito bem os dois lados, tanto autorização, a revogação da lei que autorizou a venda ou continuar do jeito que está vendendo a Copel. mas o que mais e discute no Paraná não é só a venda da Copel, é o que será feito com os recursos da venda da Copel. O governo do Estado que sempre tem dificuldade de comunicação, tem dificuldade de contatos políticos mais com a comunidade paranaense, ocorreu a privatização e a venda do Banestado e todos nós sabemos que os recursos de quase dois bilhões, um bilhão e setecentos milhões aproximadamente da venda do Banestado, não foi para o governo do Estado e sim para o Banco Central para amortização das dívidas do governo do Estado para

com o saneamento do próprio Banco do Estado do Paraná, para sua venda e hoje o que os paranaenses mais nos falam, pôxa, o governo vendeu o Banestado, estamos numa dificuldade grande no Estado do Paraná com o funcionalismo público, uma dificuldade grande no Estado do Paraná na área da saúde, na área da educação, estradas do Estado, há uma escassez de recursos, há uma dificuldade de caixa do governo do Estado e o governo vai vender a Copel e vai resolver todas essas questões no Estado do Paraná, com a nossa comunidade paranaense, as lideranças.

De todas as reuniões que tenho ido, a maior preocupação, hoje: o que o governo fará com o dinheiro, com o recurso da venda da Copel? Há uma apatia muito grande com a equipe do governo do Estado, com alguns secretários de Estado ou, talvez, de quase a maioria dos secretários. Isso nos leva a uma preocupação muito grande, senhores deputados, e essa preocupação nossa é a preocupação de todos os paranaenses, hoje.

Vamos sonhar que os governo não atuassem na coisa pública, na área de bancos, de energia elétrica. mas se o Estado seja qualquer Estado da Federação, cumprisse o seu verdadeiro papel, que seria e que é dar uma educação de qualidade, com os professores contentes, recebendo bem, com uma educação de qualidade. Se tivesse uma saúde de qualidade, preventiva e com condições. Quando, nós paranaenses, procurássemos um posto de atendimento, seja um hospital regional, um pronto-socorro ou um postinho de saúde, tivéssemos um atendimento digno. Se tivéssemos uma segurança pública, que é o sonho de todos nós, com as cadeias dando condições aos presos. Os salários da Polícia Civil e da Polícia Militar, dignos. As viaturas de polícia cobrindo ostensivamente toda a ronda nos municípios do Estado do Paraná. Na área da cultura. Naquilo que nós mais precisamos: educação, cultura, saúde e segurança pública.

Tenho certeza que, se essas áreas funcionassem bem, ninguém estaria se preocupando com a venda da Copel.

Há uma diferença grande da nossa comunidade do Paraná aceitar a venda da Copel. Se o governo do Estado assumir com a população paranaense, sejam em reuniões nas cidades grandes do Estado do Paraná, debatendo com as associações comerciais, Câmaras de vereadores e dizer com toda a transparência, levar a toda a comunidade do Paraná e dizer qual é a verdadeira situação do Estado do Paraná. Temos uma folha de 90 e poucos milhões de aposentados pensionistas, que são de vários governos e continuarão em vários governos. Temos uma dificuldade profunda de caixa, isso, todos nós sabemos.

Aí, sim, poderíamos iniciar no Estado do Paraná, uma discussão melhor, mais transparente, para todo o Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, nobres Pares, estamos vivendo momentos de transformação, no nosso Estado do Paraná.

É evidente que esta Casa de Leis, que tem compromisso com o povo, no presente e no futuro, pretende e deseja que a estrutura administrativa do Estado se modernize, para que o bem-comum seja cada vez mais alcançado.

Estamos vendo pelos jornais que o governo está se movimentando no sentido de fazer um enxugamento de secretarias. Extinção de secretarias, que na prática hoje não correspondem mais às necessidades e os anseios da sociedade.

Nós que pertencemos à base de apoio do governo do Estado, estamos acompanhando e sabemos que esse é um compromisso e uma responsabilidade do Executivo.

Mas nós, do Legislativo, não podemos ficar acéfalos desta reformulação de secretarias, porque tem secretaria que é preciso ser vista com carinho para que a mesma não seja anexada a outra, ou mesmo extinta.

Quero dizer aqui, senhor presidente, senhores deputados, da importância da Secretaria do Trabalho durante a gestão Jaime Lerner, nós temos à frente dessa secretaria o Carvalhinho, a ser tratado com carinho, o José Carlos de Carvalho que turbinou aquela secretaria e lhe deu um sentido amplo, social, de uma forma espetacular, nós vimos pelos jornais que o governo estuda possivelmente a extinção dessa secretaria.

Acredito, e faço aqui um apelo, que o governador não vá fazer a extinção da secretaria porque cremos nós que seria um retrocesso. Essa secretaria hoje trabalha com repasse dos recursos do Fat - Fundo de Amparo do Trabalhador, o Carvalhinho pegou essa secretaria movimentando nove milhões e hoje ela movimenta trinta e cinco milhões por ano.

Esse recurso é aplicado nas agências de trabalho em mais de duzentos municípios e tem como função a capacitação e qualificação de mão-de-obra.

Vejam os senhores a importância dessa secretaria que prepara mão-de-obra para que empresas do quilate de uma Lacta, ou uma indústria fabricante de veículos possam vir aqui ao Paraná e ter condições de formar o seu quadro pessoal com mão-de-obra altamente qualificada.

Somente este ano, senhor presidente mais de trezentas mil pessoas foram qualificadas através da Secretaria de Trabalho.

Este é um trabalho feito pelo Carvalhinho através dessa secretaria, e somente esse número já justifica a manutenção dela porque o seu alcance social é fantástico, gera uma capacitação de mão-de-obra, que vai garantir emprego ao trabalhador paranaense.

Eu poderia ficar aqui falando muito tempo sobre a Secretaria do Trabalho, não vou porque não há necessidade, o governo tem informação disso e sabe da importância, não tenho procuração, e nem o Carvalhinho pediu para que o defendesse.

Pelo contrário, o secretário já pediu para sair várias vezes e o governador Jaime Lerner, inteligentemente, pede que ele continue colaborando porque seu trabalho é espetacular diante dessa secretaria.

Agora, nós como deputados, preocupados com o enxugamento da máquina, preocupados com a extinção de algumas secretarias que muito bem podem ser agrupadas a outras, e tendo eficiência, fazendo um enxugamento não só nas secretarias, mas como nos núcleos regionais, mas é preciso que continuemos em atalaia para que não se extinga secretaria do naípe, da qualificação dessa Secretaria do Trabalho, que tem contribuído para o aumento do nível de emprego no Paraná, para a melhoria da qualidade de mão-de-obra, para a melhoria do aumento da renda do trabalhador, e acima de tudo, para o maior equilíbrio social do nosso Estado.

Era isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Ontem tivemos nesta Casa uma sessão memorável, memorável pela condição de discutir os interesses do Paraná, memorável não tanto pelo mérito do que aqui discutimos, porque foi justamente a venda do nosso melhor patrimônio; mas pela condição que este parlamento adquiriu e pela autenticidade com que ele colocou as questões da vendas da Copel.

Aqui estive o secretário da Fazenda o presidente da Copel, presidente do Conselho Administrativo da Copel, defendendo a privatização deste grande patrimônio do Paraná.

E, quais foram as alegações? As mesmas que o Paraná já conhecia, as mesmas alegações afirmando que precisa privatizar porque a empresa pública não conseguirá concorrer, depois de desregulamentada, no mercado, a partir de 2003, afirmando que a Lei nº 8666, a Lei das Licitações engessaria a empresa pública e não permitiria a concorrência, a nível de igualdade.

Afirmou, como têm afirmado as peças publicitárias que o governo tem se valido, para justificar, diante da população do nosso Estado a venda, dizendo que o governo federal que está impondo a privatização da Copel.

Ora, mais uma balela, o governo federal, através da desregulamentação do sistema elétrico, apenas exige desverticalização do sistema elétrico e não a privatização.

Mas, se isto não bastasse, falta coerência, quando vem aqui o secretário da Fazenda propor a venda de uma empresa que gera 2 bilhões e 700 milhões de reais de faturamento, com 5.800 funcionários, com 151 mil quilômetros de rede de distribuição, com 350 subestações, com 17 usinas hidrelétricas e uma termelétrica, com 6.800 quilômetros de rede de transmissão e com 2 bilhões e 836 mil clientes no Paraná, gerando um lucro de 430 milhões, como foi gerado em 2.000 e possibilitando uma capacidade de alavancagem de investimento da ordem de 500 milhões/ano.

Senhores deputados, este lucro, a cada dois anos, é suficiente para construir uma usina de Salto Segredo, a cada 2 anos a Copel agrega ao seu patrimônio e à capacidade geradora, uma usina de Salto Segredo.

Ora, não precisa uma empresa dessa, para cumprir o seu papel histórico de auxiliar e cooperar com o desenvolvimento do Estado do Paraná, de financiamentos de terceiros, não precisa uma empresa dessas contar com recursos do governo, ela, por si só, gera os recursos necessários para seu investimento.

E ainda disse, nas suas afirmações, que uma empresa hidrelétrica como é a Copel, não pode mudar e ela não tem como concorrer com outras empresas, não pode ampliar a sua base de atuação.

E ele esquece que o princípio que ele vem defender, a venda da empresa, a privatização, foi justamente que outras empresas poderiam vir concorrer com a Copel dentro do Estado do Paraná.

A Copel tem, sim, condições, senhores deputados, senhoras deputadas, de estender a atuação do seu comércio e da sua venda em outros Estados, como faz hoje.

Isto mostra que os argumentos não se sustentam, a não ser para tapar o rombo do Estado que hoje engole a Copel e todo fruto do que ela foi produzida.

E a que preço venderíamos a Copel, fez a pergunta o deputado Ricardo Chab da outra tribuna. É uma indagação, que nem a empresa contratada para fazer avaliação deste patrimônio teria quem sabe, condições de aquilatar.

A Copel, com 14 bilhões e 800 milhões de investimentos do governo do Estado, ao curso de quase 5 décadas, tem hoje uma condição invejável de competência, de eficiência e grau de satisfação do seu consumidor, do seu cliente. Ela não tem no seu contrato, no edital de licitação uma questão que é de extrema importância que é o valor das concessões.

Você amanhã avalia a Copel pelo valor da escrituração contábil que hoje é de 4 bilhões e 900 milhões, o patrimônio líquido, e depois deputado Vanhoni, vir aqui e dizer que apresentou um ágio a venda da Copel como fez com o Banestado é simplesmente tentar colocar um pano nos olhos desta Casa e do povo do Paraná.

A Copel hoje com certeza, numa avaliação séria, numa avaliação que respeite a sua história, res-

peite o potencial de produção de energia a expectativa de lucro que haverá de ter, porque se hoje deu um lucro de 430 milhões, com tarifas em torno de 45 dólares em média, se vai ou não receber um aumento, um incremento segundo as palavras do próprio secretário Ingo Hübert, de 26.5, que é o diferencial de 95 para 120 dólares, nós já teremos aí um lucro extremamente maior para os próximos anos, e ela não é só a questão da energia. A Copel, da forma que a pesquisa avança, vai ser o instrumento do condutor da própria telefonia, nós estaremos plugando a telefonia, as comunicações, pelos fios da própria Copel. É mais uma rentabilidade que nós haveremos de ter se a empresa continuar em mãos do Estado.

Por isto o que nós vimos aqui ontem foi o esforço, foi a tentativa, a vontade de entregar uma empresa pública eficiente para cobrir o rombo que o Estado do Paraná tem hoje, praticamente construído na administração Lerner. E vem o governo, com a sua incompetência para a gestão da coisa pública em nosso Estado, pressionar deputados.

Ora, não vamos aceitar a pressão, porque mais que a pressão que sofreram hoje, ou que sofrem hoje, sofrerão no julgamento da história, porque aquele deputado, Ademar Traiano, que desprezar esta história, que não desconsiderar o que hoje avalia o cidadão comum no julgamento desta transação, com certeza terá dificuldades de amanhã poder aqui nesta Casa falar em nome de parcela da população do nosso Estado.

A Copel é o símbolo da independência do nosso Estado, ela é o símbolo da grandeza, do esforço e da luta que este Estado se empenhou para poder realizar o senhor de levar a cada casa, a cada lar, a cada indústria, a cada propriedade rural, por mais longínqua que ele estivesse, a energia a um custo suportável, por esses agentes econômicos.

Hoje, passando pela mão dos empresários, passando à mão da iniciativa privada, nós teríamos o quê? A busca do lucro. Não condenamos o lucro, mas estamos, sim, preocupados com a defesa da coisa pública e sobretudo do interesse coletivo e social.

Este deve ser o objetivo maior da luta desta Casa. A Assembléia Legislativa saberá com certeza dar respostas ao grande papel que ela tem que desempenhar. Se em 1998 foi dado um cheque em branco, para que o governo pudesse dissipar o patrimônio, hoje nós temos a oportunidade rara de fazer a recomposição do ato que lá atrás fizemos.

Revogar a Lei nº 12355, através do Projeto de Lei nº 13/2001, e fazer com que a Copel continue a pertencer ao povo do Paraná. Mais do que isso, atender aos interesses coletivos do nosso Estado.

É dessa forma, senhor presidente e senhores deputados que tenho certeza que a maioria dos parlamentares com assento nesta Casa, agirá daqui para frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Próximo inscrito, deputado Nereu Moura, ainda no Grande Expediente, por 15 minutos.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Ontem, tivemos uma sessão histórica neste Parlamento, desde quando o governador Jaime Lerner assumiu os destinos do Paraná. Foi a primeira ou a segunda vez que nós tivemos aqui a presença de um secretário de Estado.

Uma sessão histórica para esta Casa, que com tal convocação recuperou o seu poder, sua legitimidade com o Poder livre, independente, para poder fiscalizar, para poder fazer com que a lei seja exercitada e o povo do Paraná seja o grande vencedor, o grande ganhador com a atuação deste Parlamento.

Aí reside a maior conquista da vinda do secretário Ingo aqui neste Parlamento. É na verdade a reconquista da Assembléia Legislativa da sua função constitucional, de exigir prestação de contas, de exigir informações, de exigir que o governo venha aqui e dobre a espinha ao povo do Paraná, legitimamente representado aqui dentro dessas quatro paredes. Nós somos representantes, eleitos democraticamente.

Afora isso, não se viu absolutamente mais nada. O que nos pareceu foi que o secretário Ingo decorou uma resposta em casa. Para todas as perguntas ele respondia com a mesma resposta. Parecia até um papagaio. Um papagaio que aprende a falar e que só repete aquilo que aprendeu. Pois era exatamente a figura do secretário da Fazenda, Ingo Hübert, a figura de um papagaio, que decorou a resposta, em casa. Aqui na Assembléia a todas as perguntas respondia com o mesmo teor, mudando uma palavra aqui, uma palavra ali, sendo evasivo, não respondendo.

Enfim, não acrescentando absolutamente nada para que esclarecesse algum deputado que eventualmente esteja indeciso com relação à venda a Copel, o que - eu não acredito. Eu não precisava de esclarecimentos, porque tenho uma convicção clara de que não vou manchar a minha vida pública, autorizando a venda da Copel, como já não autorizei e não seria agora que iria mudar a minha posição, muito embora eu creia que as pessoas que votaram a favor lá atrás, têm chance agora de rever sua decisão para poder passar o seu nome a limpo na História desse Estado.

Então quando aqui vimos até ingenuamente, imaginávamos que o secretário Ingo Hübert pudesse, de forma cristalina, inteligente, dar dados que pudessem nos mover no sentido de acreditar na história, na falácia de que a Copel não tem competitividade e que a Copel precisa ser vendida porque não presta mais, porque foi "bananeira que deu cacho", porque está fadada ao insucesso, a desaparecer se continuar nas mãos do governo. É a mesma ladainha rezada em prosa e versos pelo secretário da Fazenda.

Senhor presidente, foi lamentável a vinda do secretário Ingo aqui, porque não acrescentou nada a esta Casa, não trouxe dados e informações, não valorizou a vinda aqui e onde poderia de forma enérgica, de forma inteligente, de forma consistente, mostrar ao Paraná que a saída é a venda da Copel.

Não, não! O que fez foi escapar usando subterfúgios, usando evasivas, tentando enganar os números, falsear a verdade, e quando interrogado pelo deputado Tony Garcia, ficou amarelo, igual a uma laranja, sem saber o que falar, não sabendo que naquele triste papel estava ali uma quantia irrisória de 44 milhões de reais, e o secretário não sabia! Quase entrou embaixo da mesa da presidência desta Casa.

Teve que pedir tempo, como se estivesse jogando futebol suíço, onde o técnico pede tempo para poder explicar melhor aos seus jogadores. Os outros secretários de Governo que aqui estavam, arrancavam seus cabelos. O secretário da Casa Civil dizia: “Eu disse que não era para o Ingo vir ali porque ele não estava preparado para dar a resposta. O Ingo vai derrubar o governo Jaime Lerner e estavam pelos corredores, desesperados...”

#### **O Sr. Ademar Traiano**

Vossa Excelência me concede um aparte?

O deputado Traiano gostaria de lhe ajudar em seu pronunciamento.

#### **O SR. NEREU MOURA**

O senhor me respeite, deputado Traiano, porque eu vou lhe dar a palavra no momento em que eu achar oportuno. Estou usando a palavra.

Vossa Excelência se comporte e respeite a nossa palavra.

...corriam pelo corredor. Até o magricela Rafael Greca corria daqui para lá, desesperado com o secretário que se diminuía ali na mesa, vendo o “apertão”, não sabendo responder as perguntas mais fáceis que vinham desta Casa, as denúncias erguidas aqui, com destaque para aquela do Tony Garcia e passando longe do rombo da Sercomtel-Copel.

Aí parecia a cruz quando se levanta contra a mentira, quando se ergue a cruz e “o coisa ruim” se arrepia. Aí, quando se falou em Copel-Sercomtel o presidente da Copel disse que disso, não queria falar.

Cento e oitenta e seis milhões de reais, senhor presidente, dinheiro no Uruguai, dinheiro que cassou prefeito nesse Paraná, dinheiro que está aí causando a vergonha do nosso Estado! Saiu da Copel, dos cofres públicos do Paraná! E o presidente da Copel acha que isto não é relevante! Como não são relevantes 44 milhões!

Então, não acrescentou absolutamente nada a vinda deste tecnocrata, desta pessoa fria e calculista que aqui veio, em quem não vi sentimentos na face, apenas o seu desejo ou sua ânsia voraz, determinada, de querer ilu-

dir e que a Copel tem que ser vendida por força, por determinação do quê?

E aí, senhor presidente, o mais grave: esta Casa não pode se manchar. Os corredores da Assembléia comentam: o governo está usando da pior prática recomendável para fazer com que seus argumentos sejam acatados, que é o argumento do “toma lá, dá cá”. Expurgável este argumento reprovável, do fisiologismo.

Ontem ouvimos, aqui, deputados que tiveram a hombridade e a coragem de não se abaixar à pressão de aliados, serem demitidos de delegacias de política, delegados de polícia do interior. O fisiologismo mais perverso, mais cruel de um governo que não tem idéias, de um governo que se perde nos seus atos profanos, na sua mediocridade! Demite funcionários públicos para repreender deputados, que livres e soberanamente vêm a esta Casa para exercer seus papéis! E a pressão que corre nos corredores, a informação que corre nos corredores é esta a prática que o governo utiliza: se não votar a favor da venda da Copel, vamos demitir, não vamos atender o prefeito.

Decidir o povo do Paraná. É esta a marca do Jaime Lerner! Uma marca infame, de um governo covarde! Decidir o trabalhador do Paraná! O professor do nosso Estado! Não, governador Jaime Lerner! Não! O povo do nosso Estado não pode pagar pelo seu desgoverno, pelo seu governo medíocre, infantil, um governo marcado pela corrupção!

Por isso, senhor presidente, não dá para aceitar os argumentos que estamos ouvindo, aqui, nesta Assembléia, de que o governo vai demitir fulano, beltrano, se não votar a favor da venda da Copel. E que prefeitos serão perseguidos, companheiros serão retalhados no cumprimento do seu dever mais sagrado, que é defender os interesses do povo do Paraná. Não! Nós iremos denunciar. Iremos denunciar, sim! Iremos fazer o jornal, o informativo, para mostrar a cara deste governo, para mostrar quem é este governo, que tanta infelicidade tem causado ao Estado do Paraná! Iremos mostrar, sim, senhor presidente e senhores deputados, para que não fique nenhuma dúvida em relação ao comportamento de qualquer deputado que sente, aqui, nesta Casa, que teve a honra de vir aqui pelo voto sagrado do povo do Paraná.

Para isto, iremos mostrar ao povo do Paraná o comportamento de cada um dos senhores deputados. E estamos aqui, nesta tribuna divulgando, para que depois não digam que nós procuramos usar do jogo sujo, da falsidade. Nós iremos jogar limpo, porque cada um tem que assumir, sim, sua posição limpa e claramente.

Concedo aparte ao deputado Ademar Traiano.

#### **O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Nereu, Vossa Excelência faz um pronunciamento que considero até um tanto quanto agressivo. E o que é próprio do seu estilo, de homem lá do Sudoeste do Paraná, do gaúcho ferrenho, que vem aqui para o Plenário da Assembléia trazer as suas idéias. Mas é impor-



tante deputado Nereu, que em determinados momentos da vida a gente procure agir um pouco mais com a razão do que com a própria emoção.

Acho que Vossa Excelência tem tratado a questão Copel mais com a emoção do que com a própria razão, fazendo deste que é, na verdade, um assunto de alta indagação no Paraná -, reconhecemos isso, um verdadeiro palanque político preparatório para que possa acontecer ano que vem.

Não posso admitir de Vossa Excelência as acusações feitas aqui neste momento, ao nosso secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Hübert.

Ora, entendo eu ser inquestionável, no momento, fazermos qualquer consideração que possa desabonar a imagem, a conduta, a seriedade, a decência do nosso presidente da Copel, Ingo Hübert. Um homem respeitado internacionalmente. Tivemos a felicidade de acompanhá-lo em algumas incursões com mais alguns parlamentares da Casa, na Europa, onde mostrava, na oportunidade, a Copel, para os investidores do mundo. E lá pudemos sentir quanto o presidente da Copel é respeitado por todos os empresários do mundo e da mesma forma aqui no Brasil, pelo empresariado brasileiro.

Portanto, deputado Nereu, Vossa Excelência pode perfeitamente discordar da linha de pensamento, de raciocínio, da forma como colocou o presidente da Copel as explicações, aqui, na tarde de ontem, mas não pode jamais querer colocar em dúvida a seriedade desse homem público que até hoje não encontramos nada e jamais iremos encontrar, com certeza, algo que possa macular a sua imagem.

Poderia vir aqui, deputado Nereu, qualquer expert no campo de privatização do mundo todo neste momento, qualquer homem que pudesse vir aqui defender um projeto de privatização, os senhores não iriam admitir e reconhecer nenhuma das respostas que esta pessoa poderia ter dado ontem, porque este não é o seu desejo, este não é o desejo do seu partido aqui no Paraná.

As denúncias vazias apresentadas aqui na tarde de ontem, não merecem sustentabilidade, porque elas foram já derrotadas quando da apresentação do balanço da Copel - exposto aqui pelo próprio presidente, que apresentou de pronto, a solução. Não poderia ele, com certeza, fazer qualquer consideração, às denúncias do deputado Tony Garcia, porque não tinha conhecimento, o deputado Tony Garcia, se enrolava no plenário, para não entregar na Mesa o documento.

Tão logo tomou conhecimento, de pronto apresentou a sua justificativa. E, com certeza, a Copel está aberta porque este é o desejo do governo do Estado, é o desejo dos parlamentares que sustentam o governo, do presidente da Copel e que tem a mais absoluta transparência no processo de privatização dessa empresa.

E, com certeza, tenha o senhor e temos nós, também, o maior carinho e o maior respeito. Mas, lamentavelmente, este é o momento oportuno para sua privatização.

## O SR. NEREU MOURA

Caro amigo deputado Ademar Traiano.

Tenho respeito por Vossa Excelência que é uma pessoa séria e creio e acredito que aqui defende a venda da Copel por convicção.

Mas não posso falar a mesma coisa do senhor Ingo Hübert. Não. Não posso porque há tempo que nós levamos aqui nesta Casa situações embaraçosas em relação à Copel, há tempo!. Não é só com relação à Sercomtel; há outros episódios como as aposentadorias da Copel em grande parcela foram impugnadas pelo Tribunal de Contas, envolvimento suspeito com empresas no Paraná com essas parcerias da Copel.

Nós achamos que o presidente Ingo Hübert, não tem, na verdade, o mesmo pensamento, deputado Traiano, que Vossa Excelência tem quando defende a Copel, porque o faz com convicção e seriedade.

Isto eu atribuo a Vossa Excelência porque lhe conheço.

O presidente da Copel amarelou. Isto é que nem jogador de futebol. A expressão correta, amarelou, quando as perguntas vinham firmes ele saía pela tangente, era evasivo, não respondia, entrava quase em baixo da mesa da presidência, em função do temor de não falar, para não falar aquilo que não era conveniente para o governo e para ele.

A verdade é senhor presidente, que infelizmente eu não quero assistir aqui nesta Casa, como deputado, como já não quis em 1998, quando nos colocamos contra a venda da Copel e quero ser candidato a deputado estadual novamente e se o povo do Paraná me reeleger aqui nesta Casa estarei e o povo do Paraná não verá o meu voto a favor da venda da Copel, não só agora como nunca verá.

Eu não tenho dúvida, senhor presidente, que nós iremos impedir que esta idéia maluca, esta idéia que não atende superiores interesses do povo do Paraná será sepultada aqui nesta Casa, será sepultada com velório de gala aonde o povo do Paraná não verá meu voto a favor da venda da Copel, não só agora como nunca verá.

Eu não tenho dúvida, senhor presidente, que nós iremos impedir que esta idéia maluca, esta idéia que não atende superiores interesse do povo do Paraná será sepultada aqui nesta Casa, será sepultada com velório de gala aonde o povo do Paraná ao invés de chorar, ao invés de acender velas, o povo do Paraná jogará pétalas de rosas, o povo do Paraná erguerá a música em alto e bom som, fará a festa nas ruas para comemorar a decisão inteligente deste parlamento, na defesa de seus interesses.

Agora, senhor presidente, nós não queremos que esta Casa saia manchada, não queremos que nenhum colega nosso seja manchado, que nenhuma dúvida paire sobre qualquer deputado deste parlamento, mas as conversas que a gente ouve e não é só aqui é de que existe esta famigerada, malvada e triste forma metodológica do "toma lá, dá cá".

Esta forma expurgável da vida pública que é o fisiologismo, condenável sob todos os pontos de vista, um

governo que não tem idéias, um governo que não tem respeito, que não tem postura, que não estrutura, se utiliza dessa metodologia para convencer “toma lá, dá cá” - te dou o delegado de polícia, mas vote contra a Copel, te dou um verbinha de cem mil para fazer o posto de saúde, mas vote contra a Copel, vote a favor da Copel.

Nós não queremos que respingue em nenhum colega nosso aqui nesta Casa. Respeitamos a todos, a todos os deputados que aqui vieram pelo voto sagrado do povo do Paraná. Não queremos que nenhuma mancha respingue em qualquer um, por isso fazemos o alerta aqui desta tribuna para que fique a nossa voz ecoando, e atravesse esse concreto armado e possa atingir o coração de todos. Que possamos, brava e heroicamente aqui nesta Casa, defender o povo do Paraná, como está escrito no nosso hino: Brava gente brasileira, longe vá temor servil. É assim que temos que proceder, na defesa dos interesses do nosso querido e amado Estado do Paraná.

**(Aplausos)**

O SR. TONY GARCIA

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Como o nobre deputado Nereu Moura, não pôde me conceder um aparte, porque o tempo estava curto, quero dizer que fui citado, pelo deputado, o vice-líder do governo, dizendo que, ontem, na presença...

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Deputado, apenas para esclarecer, na Questão de Ordem não cabe a citação ou a resposta.

Se Vossa Excelência quiser o horário do seu partido, poderá fazê-lo.

O SR. TONY GARCIA

Increvo-me no horário do meu partido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Horário das Lideranças.

PL. PSB. Concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da cultura, que aqui vem para acompanhar hoje a votação do veto do governador Jaime Lerner à cultura, demais visitantes, confesso a Vossa Excelência e aos demais companheiros, aqui nesta Casa. E se não fosse trágica seria até cômica a nossa participação, na medida em que tenho visto coisas que partem da elegância à deselegância, mas dizem que na política a gente só não vê, realmente é boi voar...

Ontem, a vinda do secretário Ingo até esta Casa, devidamente convocado pelo processo de discricionário que esta Casa possui para poder ouvi-lo, imaginei que fosse encontrar um técnico com a capacidade técnica e

política, para poder desenvolver o seu raciocínio, e confesso que saí daqui desapontado.

O deputado Chab que estava inscrito sob o nº 24 e eu, logo em seguida sob o nº 25, não pudemos, pela deselegância desta Casa, no bate-boca que já estava se tornando useiro e vezeiro no governo, com o precedente criado com o procurador-geral Joel Coimbra, não pudemos fazer nenhuma interpelação.

Mas na verdade e até bom, porque no período da noite pude meditar e fazer algumas considerações, como representante de uma parcela do povo do Norte do Paraná.

Não posso imaginar como é que o governo manda para cá um técnico para falar de um assunto tão importante e sem ninguém da sua assessoria, para poder ajudá-lo nas horas mais difíceis.

O deputado faz uma pergunta e ele não tem condições de responder, passa, consulta a cartas, consulta os universitários, como se fosse um Show do Milhão. Quero dizer que, independente de fazer críticas, fiquei com pena do secretário Ingo, que tem nome internacional, como competente, mas que em uma hora dessas padece da própria auto-confiança ou da desorganização que tem tomado conta, quem sabe até da sua própria posição.

Não adianta alguns deputados ou algumas pessoas estarem preocupadas com a sua saúde, quando a maioria absoluta aqui está preocupada com a questão do povo do Paraná.

Um questionamento, senhor presidente, que eu gostaria de ter feito, ontem, para o secretário Ingo, é exatamente esse descontentamento que tem tomado conta do povo do Paraná.

Elaborei a pesquisa, falada, aqui, com relação à questão da Copel e vi que a maioria do povo da minha região não quer a venda da Copel. A minha pergunta seria exatamente nesse questionamento, como é que o governo vai encaminhar, deputado Traiano, esta questão do descontentamento. Não vejo por parte do governo nenhuma forma de levar ao cidadão comum do povo o porquê que eles querem vender a Copel. Vejam, por exemplo, essas informações trazidas aqui pelo deputado Chab que cada usina custa um bilhão, tem dezessete, e nós vamos vender por cinco, por dez.

É bem verdade que o político, ou nós, latinos, não estamos acostumados a conviver com a impopularidade momentânea quando estamos na vida pública, o latino só gosta de aplauso. Mas pelo menos alguma justificativa tem que ter.

Nunca fui tão assediado na minha vida como estou sendo nesta semana, e não tenho por isso nenhuma vaidade, mas não tenho argumento que possam convencer o homem simples na rua, a mulher simples na rua, o trabalhador, a dona de casa.

Então, quero deixar consignado aqui que eu fique com pena do Ingo, primeiro porque ele não sabia se ia para a porrada coletiva, junto, no braço literalmente, ou se ficava quieto, ou se ia buscar os óculos, ficou uma situ-

ação constrangedora: e a mim, confesso, coitado, não conseguiu convencer.

Então, quero deixar só essas considerações, independente de fazer críticas, do governo achar ruim, acho que é uma questão que esta Casa tem efetivamente que deixar consignada.

E eu queria, senhor presidente, dizer aos deputados e a todos os companheiros da Casa, que nós estamos em Londrina, a Sociedade Rural do Paraná, fazendo a abertura da Exposição 2001, na sexta-feira, tenho certeza que todos os deputados receberam o convite, mas estou aqui, em nome até da Sociedade Rural do Paraná, fazendo um convite formal para que lá possam visitar, ver o que vamos fazer em termos de negócios, do agronegócio, dos shows, enfim, do entretenimento que a cidade a região vivem com a Exposição Agropecuária Industrial do Paraná. Acho isso importante.

Amanhã o nosso presidente Hermas Brandão estará sendo homenageado com um jantar, e seria uma boa oportunidade para que os deputados pudessem ir lá e visitar inclusive a cidade de Londrina e o nosso Parque da Feira de Exposição.

Então, quero reafirmar aqui o convite da Sociedade Rural do Paraná e dizer que seria muito importante que os deputados lá pudessem comparecer. O povo inclusive, na abertura, está ansioso para ver a presença do governador Jaime Lerner mais uma vez na cidade, porque já faz algum tempo também que ele não retorna lá

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Moysés Leônidas, eu, com relação à Copel que o senhor fez referência na tribuna, gostaria de aqui inclusive deixar uma posição, que não tive oportunidade quando fiz uso da tribuna hoje, de o porquê a população estar contra a venda da Copel. Primeiro porque o governo não está com discurso porque a população entende, é o que o senhor colocou.

O doutor Ingo Hübert ontem aqui, técnico como é, e dos mais renomados e qualificados, não tem um linguajar que o povo entende, então há uma distância entre o que fala o governo e o que o povo quer entender.

Bom, um outro detalhe que gostaria de colocar, acho que é por isso que nós temos hoje 92% da população contra a venda da Copel, é porque aquele que mora no bairro, está preocupado com a vida dele, ele lá quer saber se o governo não tem dinheiro para pagar a folha. Ele não quer saber disso não: quer saber da segurança que não têm, quer saber do acesso à saúde pública que está ruim, quer saber do anti-pó para acabar com o pó da rua dele. É isso que ele quer saber.

Dai ainda lhe perguntam: “Vamos vender a Copel?” - “Mas não vão fazer isso que eu preciso”? É a grande indagação. Então, o governo tem que mudar o discurso. Se não mudar, fica difícil arrumar pessoas, princi-

palmente para aderirem na campanha da privatização da Copel.

Obrigado, deputado.

#### **O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Agradeço.

Só para encerrar gostaria de dizer que na casa que falta pão, todo mundo fala e ninguém tem razão.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Com a palavra o deputado Tony Garcia, no horário do PTB.

#### **O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Não é do meu feitio ocupar essa tribuna diariamente, venho muito pouco a ela mas quando venho, venho por um motivo muito sério, até porque eu ouvi, da boca do meu amigo, deputado Traiano, que ontem quando eu fazia as denúncias em relação à Copel, o senhor Ingo Hübert não respondia, porque não tinha o conhecimento e quando pedido o documento eu fiquei enrolado para entregá-lo a essa Mesa, o que não é verdade. Eu simplesmente aguardava os meus questionamentos, que, por um motivo que desconheço, os líderes do governo diziam que o Regimento Interno não permitia as minhas perguntas.

Se era de conhecimento do doutor Ingo as operações e na hora que questionado, ele teria que responder: - Não, não conheço, ou, sim, existe. E ele foi taxativa quando disse: - Não existem operações na empresa Copel.

E depois que me veio a réplica eu mostrei os documentos e a assinatura, aí não fui eu quem fiquei enrolado, foi o doutor Ingo, que saiu daqui, a sessão interrompida, tropeçando, para tentar arranjar uma desculpa.

Quero deixar claro ao meu caro amigo, deputado Traiano, que na minha vida quando tomo uma decisão não me enrolo, porque vou até o final.

Já enfrentei adversidades maiores, já concorri a três campanhas majoritárias, sozinho, percorri cada cidade desse Paraná, em 1990, quando tinham 13 candidatos ao Senado, eu, sozinho, fui 2º colocado na disputa, contra pessoas ilustres, deste Estado. Em 94, quando tinha 2 vagas, com 14 candidatos eu também fiquei em 3º lugar, se elegeu o senador Requião e Osmar Dias, e eu, sozinho, sem apoio de ninguém, consegui 1.000.000 de votos.

O povo do Paraná me credencia para fazer qualquer tipo de afirmação e quando faço, faço com responsabilidade, com coerência, e sei o que estou fazendo.

Mas, o que acontece, neste momento, é que tenta agora o governador, até pelo conhecimento que tive na imprensa, partir para agressões pessoais. Acho que isso é um ato de desequilíbrio do governador, neste momento. O homem que governa este Estado, o homem que tem

responsabilidade de mandar neste Estado, neste momento não pode se insurgir contra um deputado, simplesmente porque ele não concorda com a venda da Copel. E não concordo!

Não concordo por vários motivos, já aqui explicados e esgotados ontem, mas, principalmente porque acho que o motivo hoje de todo esse impasse da privatização do Banestado chama-se “credibilidade”, e falta ao governo hoje, credibilidade para poder vender a Copel. Esse é o maior problema.

Agora, o governador diz e há referência a jornalistas que o Paraná, sabe que deputado que eu sou, eu sou esse deputado sim, claro, objetivo, não me exclui, só se fui excluído por eles da Base do Governo, tenho responsabilidade com o povo do Paraná. mas quero lembrar e deixar para toda esta Casa e para toda população do Paraná, uma frase do governador Jaime Lerner. Só venderei a Copel se eu estiver louco, então eu peço neste momento, acho que é dever desta Casa pedir, um atestado mental do governador, já que em referência ao que ele diz, ele próprio, estou usando as palavras dele, que ele só venderia se estivesse louco.

Então, neste momento, deveremos pedir ao governador o seu estado de saniedade mental, porque pelo desequilíbrio, e até usando de autoritarismo dos ditadores, ele se insurge contra mim no pessoal e não deveria fazer isso porque no momento que faz isso, ele se insurge contra o Parlamento, contra a democracia e contra a população do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hernas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças.

Liderança do PFL, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a Mesa, proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei complementar, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divani Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 632, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o “Grupo de Idosos Voltamos a Sorrir de Bom Princípio”, com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o “Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional Doutor Walter Fontana”, com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta ou indireta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar a emenda aprovada em 2ª Discussão. Está em votação a emenda.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queremos conhecer o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos proceder a leitura da emenda.

(**Lê**).

Em votação a emenda. Senhores deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. **Rejeitada a emenda.**

**Aprovado, o projeto.**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas inglês e ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas públicas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.E.M.A.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar a emenda aprovada em 2ª Discussão. Os senhores deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. **Recusada a emenda.**

**Aprovado o projeto.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier, fica autorizado o governo de Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder a redução da taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor de fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários-mínimos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. COM EMENDA DE PLENÁRIO E SUB-EMENDA DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL.

Vamos apreciar a emenda de plenário e sub-emenda da C.C.J. com parecer favorável. **Rejeitada a emenda.**

**Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS DE PLENÁRIO AOS  
PROJETOS DE LEI Nº 267/99 E 159/00

P A R E C E R :

Os presentes Projetos de Lei nº 267/99 de autoria do deputado Ademir Bier e 159/2000 de autoria do

deputado Fernando Ribas Carli, visam autorizar o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução de taxa de Coleta e Tratamento de Esgotos, sobre o montante do valor da fatura da água.

Esta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contrário ao Projeto de Lei nº 267/99 em 07.12.99. Apresentadas emendas em Plenário, após análise oferecemos Parecer Favorável às mesmas, na forma da sub-emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Carlos Simões, Orlando Pessuti.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUB-EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS  
PROJETOS DE LEI NºS 267/99 E 159/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado, através da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, a conceder redução de taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto de 80% (oitenta por cento) para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará medidas para efetivação da redução no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que institui o serviço extraordinário para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e secretarias de Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO  
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 600/99

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Extraordinário para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da educação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Hidekazu Takayama, Luiz Fernandes da Silva Litro, Duílio Genari, Ademar Traiano e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei é inconstitucional, porque fere a reserva constitucional para iniciativa do processo legislativo conferida exclusivamente ao governador, conforme artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual, que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta).

Fere ainda os artigos 39, § 4º, da Constituição Federal, que vedam, respectivamente, adoção de critérios diferenciados para aposentadoria de servidores públicos.

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste projeto de lei, serão determinadas pelo chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar, e a participação municipal poderá ser objeto de convênio firmado entre os chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação da lei, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

**O projeto será encaminhado à C.C.J.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Ficam impedidos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 106/2000

Art. 1 - Fica o Poder Executivo autorizado a não cobrar “taxa” para inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Chico Noroeste, Custódio da Silva e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º apresenta inconstitucionalidade, consubstanciada no vício de origem, posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

**Encaminhamos o projeto e a emenda para a C.C.J..**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA.

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 347/2000

O artigo 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no campus de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste”.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(aa) ELIO RUSCH

CHICO NOROESTE

Apoiamento:

Antonio Carlos Belinati, Nelson Garcia, Serafina Carrilho e Marcos Isfer.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 347/2000

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, visa autorizar o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Direito no campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à emenda apresentada em Plenário, oferecemos Parecer Favorável à mesma.

Sala das Sessões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Eli Ghellere, Sérgio Spada, Duílio Genari, Carlos Simões, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Chico Noroeste e José Maria Ferreira.

Com emenda de Plenário. Votamos o projeto, ressaltada a emenda.

Senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar dos Medicamentos. COM PARECER DA CPI.

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não temos conhecimento do relatório que foi produzido pela Comissão.

Portanto, a Bancada de Oposição vai se abster de votar nesse item 9, que aprova o relatório final da Comissão. É abstenção. Queremos que fique registrada a posição da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrada.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Como relator da Comissão dos Medicamentos, nós encaminhamos no prazo regimental a essa Mesa Diretora os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, em a Oposição não tendo conhecimento, vou pedir que a nossa assessoria, e solicito a Vossa Excelência também que possa encaminhar para o gabinete dos senhores deputados, uma cópia do relatório para que eles possam, na 3ª discussão, aprovar o relatório final da Comissão dos Medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será atendida a sua solicitação.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, me parece que o relator de uma CPI deveria expor os motivos e o conteúdo do seu relatório, no Plenário da Assembléia, para que os deputados tomem conhecimento, ou pelo menos, para que tenham uma certa noção.

O relator deveria expor o seu relatório na tribuna, a fim de que esta Casa possa conhecer o trabalho realizado. Não só esta como as outras também.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito a Questão de Ordem e lamento que o deputado Beraldin se absteve de participar da Comissão Parlamentar de Inquérito e esteja apenas emitindo uma opinião pessoal sua. Se ele não tem conhecimento, quero dizer ao deputado Neivo que não apresentamos em Plenário o relatório ainda porque esta Casa está na discussão importante para o Estado do Paraná que trata da questão da privatização da Copel e em conversa com o presidente desta Casa, visualizamos o melhor momento para apresentar o relatório e estaremos apresentando na próxima semana, para que Vossa Excelência possa tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos determinar que antes da votação do projeto, da sua 3ª votação, seja lido o relatório da Comissão.

Em discussão.

Em votação. (2ª discussão do Projeto de Resolução nº 004/2001).

**Aprovado, artigo por artigo, com abstenção da Oposição.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 115, de 30.08.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 287/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Excelência de Xadrez, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Arns Curandi, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL

DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 014/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Arns Curandí, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Reviver de Assistência aos Portadores do Vírus HIV, na cidade de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 008, de 06.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 033/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV na cidade de Ponta Grossa - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Luz e Vida, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 012, de 08.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 035/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, visa declarar de Utilidade Pública a Assis-

tência Social Luz e Vida, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que prorroga por 30 (trinta) dias a contar de 1º de abril, o prazo contido no artigo 4º da Resolução nº 10/2000, para apresentação de emendas da revisão constitucional. **COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 025, de 26.03.2001).**

COMISSÃO EXECUTIVA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/2001

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de resolução, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo prorrogar o prazo para apresentação de emendas ao processo de Revisão Constitucional.

**Fundamentação**

O autor do projeto, deputado Caíto Quintana, foi designado para coordenar os trabalhos da revisão constitucional neste Poder Legislativo. A sua proposição está mais do que justificada, porque somos sabedores do maravilhoso e dedicado trabalho realizado pelo Excelentíssimo deputado para cumprir, da melhor forma, esta importante função.

**Conclusão**

Sendo assim, apresentamos Parecer Favorável ao presente projeto de resolução.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.03.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 617 e 618, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Em discussão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.



Requerimento nº 620, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 633, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, com apoio do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 574, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, com apoio do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 590, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 591 e 593, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 592 e 630, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 594 a 601, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 602 a 611, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 612 e 613, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 615, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 616, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 619, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimentos nºs 621 e 622, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 624 a 626, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 631, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 634, 639 e 644, de autoria do senhor deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 641, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 643, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 645 a 656, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, vamos votar contrário a este requerimento, haja visto que todas as informações referentes a esse processo licitatório já encaminhamos ao deputado Beraldin. Razão pela qual, o secretário - presidente da Sanepar estará totalmente à disposição desta Assembléia Legislativa, para dar outras informações mais, se houver esta necessidade. Mas o encaminhamento já está feito ao deputado.

Obrigado.

O SR. BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Retorno à tribuna, desta vez, para pedir o apoio dos deputados em relação à questão da Sanepar. Entreguei à Mesa, hoje, a fita onde conversava e gravei a conversa com aquelas pessoas que fazem o trabalho da rede de água e esgoto da Sanepar. Na verdade, um consórcio de grandes empresas que obedecem um edital que na regra está escrito que ela tem que ter um acervo de tantos mil metros feitos. São uma série de itens que só as grandes empresas podem participar. Aí a grande empresa ganha e repassa para outra empresa. A outra empresa repassa para outra empresa já com preço diferente. A outra empresa repassa para outra e outra para outra. E, finalmente, aquela que faz, com certeza não leva nem 10% do que vale e do que ganhou a licitação.

Então, a Comissão que ora requeiro, é para que se faça uma investigação sobre a questão da Sanepar. Até porque acompanhamos pela imprensa, todos os dias, um milhão de pessoas em Curitiba ficam sem água. A região de Colombo, de Piraquara fica sem água. O esgoto - nem

vamos entrar no mérito. E aí podemos observar que muito dinheiro vai embora na burocracia, no entendimento dos grandes, enquanto os pequenos pagam a conta.

Requeri, senhor presidente, esta Comissão, para que vá a fundo ver todas as licitações feitas pela Sanepar e vamos verificar que não há mais que meia dúzia de empresas que levam o grande volume de obras do Estado, da Sanepar.

E olha, o que levanto aqui é possível ser constatado ali na Sanepar, é possível qualquer deputado pessoalmente verificar as obras e conversar com quem está movendo a terra com a pá e vai verificar este deputado que o cidadão trabalha o dia inteiro fazendo valeta para ganhar de doze a quinze reais.

**O Sr. Ricardo Chab**

Permite um aparte?

**(Assentimento)**

Não tive oportunidade de ouvir a fita que o senhor me entregou, quero fazê-lo tão logo termine a sessão, mas quero até entrar nisto que o senhor fala e fazer uma pergunta, deixar uma pergunta aqui neste Parlamento, porque outro dia fui procurado por uma pessoa que me disse que a Sanepar terceirizou um serviço de leitura nos hidrômetros e também da distribuição do talão de água.

E veja o senhor, parece que sem licitação uma empresa é que presta serviço e esse serviço é terceirizado.

Então, quero me somar ao senhor e se possível, já sei da sua intenção de se criar uma comissão, gostaria e teria enorme prazer de participar dessa comissão.

Obrigado.

**O SR. BERALDIN**

Ora, deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência como deputado atuante que é, pelo espaço que tem na emissora popular, a sua participação seria muito importante, porque vou dizer uma coisa, depois que ocupei a tribuna pedindo esta Comissão Parlamentar, no meu gabinete não pára o telefone. São pequenas empresas que têm o engenheiro, que têm o caminhão, que têm a vontade de fazer o serviço, que poderia fazer num preço infinitamente mais barato e não pode porque não se enquadram no edital de concorrência.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Beraldin, acho que é importante que se verifique esta questão das obras na Sanepar, mas deveríamos também dar uma passada pela Fundepar, porque tenho recebido ultimamente estas informações de que lá está acontecendo mais ou menos a mesma coisa que está acontecendo na Sanepar.

Quero ver o resultado de Vossa Excelência e quem sabe ainda neste semestre requerer para saber dessa condição da Fundepar.

Parabéns.

**O SR. BERALDIN**

O deputado Ricardo Chab falava da leitura - há denúncias também por telefone de ontem que empresa ganhou por "x", terceirizou também este serviço, um passa para o outro, o outro passa para o outro e o que faz o trabalho ganha os tostões enquanto os grandes ficam com os milhões.

**O Sr. Moysés Leônidas**

Mais um aparte, só para complementar?

**(Assentimento)**

Só nesse raciocínio de Vossa Excelência eu tenho, essa eu já tenho na mão, há um ano atrás foi feita a concorrência para a reforma do Colégio Vicente Rizzio em Londrina, que é uma das maiores escolas que temos, por aproximadamente 900 mil reais. Cancelaram a licitação e foi feita agora, logo depois por um milhão e seiscentos.

Então, é mais ou menos nessa linha que estamos tentando fazer...

**O SR. BERALDIN**

Olha, deputado Leônidas, há casos, por exemplo, de Piraquara, aquela adutora de 60 quilômetros, a empresa que ganhou a licitação não fez nem um metro. E não é dito pelo diretor da Sanepar ou por qualquer fiscal. É pelo povo mesmo. Fui lá conversar com quem estava fazendo a valeta - você viu alguém da empresa que ganhou a concorrência e está fazendo alguma coisa? Não, aqui não - aqui está fazendo a Paraná Engenharia, que é de Apucarana, aqui está fazendo a outra. Tenho todos os nomes no gabinete.

**O Sr. Edson Strapasson**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Neivo, quero cumprimentá-lo por trazer este requerimento a esta Casa e dizer que esta estratégia, na verdade infelizmente, é muito usada pelo cartel dos empreiteiros, que muitas vezes aqueles que têm um know-how, um acervo técnico maior, acabam se beneficiando, formando um cartel, ora dividindo obra por lote, ora - digamos - disputando, faz de conta que estão disputando e cada um leva a sua vantagem, o seu lucro e aquele que realmente executa o serviço é a pequena empresa que leva as migalhas, e isto não acontece somente na Sanepar, acontece em muitos lugares e, infelizmente como exemplo, tenha-se nas operadoras de pedágio que muitas vezes pagam uma quantia irrisória àquele que executa o serviço e perante o caixa do pedágio desembolsa uma quantia de três, quatro vezes maior.

Isso vai ter que ser corrigido, com uma investigação profunda desta Casa, gerando uma quebra de sigilo fiscal e bancário dessas empresas, para que possamos avaliar o quanto elas estão pagando para subempresas que realmente executam o serviço, para que possamos, através desse processo, aumentar em 50% o ritmo de ampliação de obra...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado Beraldin, esta Presidência tem sido compreensiva com Vossa Excelência. Dentro do encaminhamento não se pode permitir aparte.

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Vou encerrando o meu encaminhamento, dizendo o seguinte: ainda os municípios ficam - o cidadão vai lá, porque ganha muito pouco. Ele faz o serviço e não repõe a grama, a pedra, e não conclui 100% o trabalho. O município fica com o ônus de ter que refazer todo esse trabalho, que ficou, com certeza, não bem executado.

O líder do governo disse que tinha as informações. Mas não resolvem as informações apenas que interessam ao presidente da Sanepar. Aquelas informações que lhe convém. O que interessa é que esta Casa tem que criar esta comissão. Não quero acreditar que este Plenário não aprove uma comissão dessa envergadura. Mas se isso acontecer, vou levar imediatamente ao Ministério Público a denúncia, em todas as entrevistas e com todos os objetivos dessa comissão.

Tenho certeza que os deputados são a favor da população, especialmente as pequenas e médias empresas. Por isso tenho a certeza que esta Casa, este Plenário aprovará esta comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para Encaminhar a votação, senhor presidente.  
(**Assentimento**)

Logo após vou levantar uma questão, aqui. Mas gostaria neste momento, de recomendar aos deputados que fazem parte da Bancada de Oposição, que votem favoravelmente ao pleito do deputado Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três (23) senhores deputados votam pela aprovação do requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove (19) senhores deputados.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Questão de Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, esta Casa, há poucos dias, aprovou uma desautorização ao presidente da Copel, para que ele continuasse na Presidência da principal estatal que o Paraná tem.

Pois bem, senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência não deslustrasse o cargo que ocupa, porque

nós registramos isso aqui como um verdadeiro golpe, num pacote de requerimentos de congratulações a prefeitos, foi incluído aqui, de maneira sub-reptícia, uma nota de congratulações ao secretário de Estado da Fazenda e presidente da Copel, doutor Ingo Hübert. Vejo isso como uma pegadinha, uma jogada menor, tanto da Liderança do Governo - e me permita dizer, senhor presidente, não toleraremos esse tipo de comportamento nesta Casa, porque pergunto aos deputados que votaram outro dia desautorizando o doutor Ingo Hübert: alguém deles tinha conhecimento desses requerimento que foi forjado de maneira leviana? Protesto, em nome da Oposição, esse não é um comportamento que engrandece esse Parlamento. Não estamos aqui para passar recibos de bobos a ninguém. Peço a Vossa Excelência que desconsidere essa votação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi lido, está nas notas taquigráficas os votos de congratulações ao presidente da Copel, Ingo Hübert. Se Vossa Excelência, como líder da Oposição não acompanha a leitura dos requerimentos, não é culpa dessa Presidência.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estive na Mesa, estão aí as testemunhas, e li todos os requerimentos que estavam aí, menos esse. Ele foi subtraído dos requerimentos que estavam lá, ele foi escondido. Eu não vi, folheei todos eles.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está à disposição de Vossa Excelência a ordem de protocolo desta Casa, foi o último requerimento protocolado. O senhor não acompanhou até o final.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, compareço à Mesa Diretiva desta Casa, olho todos os requerimentos que estão sobre a Mesa, e venho para cá tranqüilamente para tomar a posição que devemos tomar em relação a tudo aquilo que está aqui. Agora, depois da saída, vem alguém dessa maneira, sub-reptícia, colocando esse requerimento.

Olha o que estão fazendo aqui senhor presidente, olha aquilo que está acontecendo nesta Casa, Vossa Excelência está assumindo a Presidência da Assembléia com o voto praticamente de toda a Casa, e Vossa Excelência me permita dizer o seguinte: deveria, no meu entendimento, chamar sim a atenção daqueles que foram ver, e na 25ª hora são surpreendidos, para depois alguém ficar falando que nós estávamos desatentos.

Essa desatenção não existiu, foi um comportamento que nós repudiamos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o protesto de Vossa Excelência.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, nós iremos amanhã apresentar um requerimento de repúdio ao senhor Ingo Hübert. Não concordamos com esse procedimento, mesquinho.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero trazer o seguinte juízo a essa Casa e à Mesa Diretiva, é notório que todas as votações e requerimentos, quando se trata, por exemplo, de congratulações, de parabenizações aos municípios adversários, passamentos, pesares, que por uma questão de economia de procedimento de leitura nós não leiamos. Isso é um consenso notório entre todos os deputados que não pedem ao 1º secretário que faça a leitura desses requerimentos. Isso é uma tradição, são os usos e costumes da nossa Assembléia Legislativa.

No entanto, o deputado que apresentou o requerimento, sabendo previamente, e o senso comum indicava para isso que todos nós iríamos, pelos usos e costumes que já se tornam regra, nesta Casa, colocou o requerimento e nos pegou naquele uso e costume de não ler voto de congratulações assim por diante.

Então queria considerar este detalhe porque senão nós haveremos de exigir, de agora para frente, que seja ferro e fogo, ou seja, todos os requerimentos da Ordem do Dia, necessariamente a leitura deles, o que trará prejuízo enorme aqueles que nos visitam, a nós mesmos, economia de procedimento. Portanto eu faço uma questão de ordem, senhor presidente, requerendo a Vossa Excelência que, tendo em vista, esse problema de uso e costume da Casa, que se consagra além do Regimento, que coloque em votação, novamente, esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não posso aceitar as colocações de Vossa Excelência porque é matéria vencida. Mas essa Presidência, a partir dessa data vai determinar a leitura individual de todos os requerimento.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, sei do quanto Vossa Excelência goza da estima e da confiança deste Plenário que o elegeu, por unanimidade. E acredito também que os mais importantes, na direção dos trabalhos, é que haja confiança, tenho plena certeza que Vossa Excelência não tentou nenhum ato de tentar omitir nenhum requerimento mas ele foi embutido no meio. Há uma solução para isso no próprio Regimento Interno, o artigo 120 diz que: das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao plenário.

Acho que seria uma maneira salomônica para Vossa Excelência que pedisse recurso ao Plenário da decisão da Mesa. Se o Plenário aceitar ele é soberano e Vossa Excelência poderá, portanto, por em votação o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo a Vossa Excelência que o artigo 120 fala das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição cabe recurso ao Plenário, não foi o caso, deputado. Foi um requerimento que foi lido, posto nas notas taquigráficas, e no serviço de som da Casa, votado e aprovado. A partir da próxima sessão todos os requerimentos apresentados serão lidos, individualmente pelo 1º secretário da Casa.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, foi votado um requerimento de congratulações, junto com outros requerimentos de congratulações, ao senhor Ingo Hübert. Por mais que qualquer deputado da base do governo tenha feito o requerimento eu acho que o que estamos discutindo não é o problema pessoal do senhor Ingo Hübert, não há nenhuma caracterização contra a pessoa do senhor Ingo Hübert. Então a gravidade dessa discussão que está se revertendo hoje, a mim me parece improcedente.

Acho que os companheiros da Oposição estão corretos no sentido que um requerimento dessa envergadura poderia ter sido destacado, porque houve uma decisão do Plenário há dias atrás, pedindo o afastamento do senhor Ingo Hübert da Copel, não como secretário, nada disso, por incompatibilidade, no processo de privatização, não é nada pessoal, não há nenhum arranhão sobre a sua conduta, enquanto personalidade pública.

Por isso eu acho que Vossa Excelência está correto no encaminhamento que adotou.

**O SR. BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, acho que é procedente a minha questão de ordem porque observo o comportamento de Vossa Excelência, a determinação, o zelo, o amor que Vossa Excelência tem dedicado, diuturnamente, participando de tudo que pode e que não pode. Apenas para testemunhar, com as minhas palavras o respeito que tenho pelo trabalho sobretudo, do trabalho do presidente que chega cedo e sai tarde, está acompanhando como poucos o andamento desta Casa e tem o zelo como poucos que eu tenho observado aqui na Assembléia Legislativa.

Então, sinceramente eu gostaria que o nosso Presidente não se abatesse por uma situação que ocorreu sem passar pelas suas mãos, ou seja, pela sua vontade.

**O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)**

Senhor, eu quero nesta oportunidade renovar o meu protesto, com relação ao comportamento dos assessores da Mesa. Se Vossa Excelência, até Vossa Excelência pode ter sido pego de surpresa porque eu já registrei em sessões passadas um protesto contra a Mesa pelo tratamento parcial que a assessoria da Mesa dá, com relação a Bancada da Oposição e a Bancada do Governo. Quando chega um expediente à Mesa há uma preocupação constante da Assessoria de informar à Bancada do Governo do que está entrando nesta Casa.

Com relação à Oposição, eu quero dizer e fico com esta opinião hoje de que nós temos sido sonogados de informação pela assessoria da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado o protesto de Vossa Excelência e tenho certeza, deputado Hermes da Fonseca, que este não é o pensamento do presidente desta Casa. Nós temos o maior respeito pelos nossos Assessores, realmente eu peguei todos os requerimentos de congratulações por um único deputado, e li, citei os votos com relação a quem era dirigido, e as notas taquigráficas estão aí para confirmar isso, acho que não tem qualquer dúvida a respeito disso.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)**

Ilustre presidente Hermas Brandão, nós que já tivemos a oportunidade de dirigir esse Poder e ocupar a cadeira que Vossa Excelência tão brilhantemente e honestamente ocupa, sabemos perfeitamente bem de que alguma coisa tinha e tem a viciosidade nesta Casa. Qual é a viciosidade senhor presidente, quando é voto de congratulações, às vezes, num sentido de andamento mais rápido de todos os requerimentos que são apresentados Vossa Excelência, como nós também o fizemos, e o falecido Anibal Khury assim o fez, fazia com que fosse atropelado e realmente eu lhe confesso que estava ao lado do deputado Nereu Moura, estive com o deputado Líder das Oposições, Waldyr Pugliesi, e não se encontrava no manuseio feito a esta Mesa este requerimento, assim eu encaminhei esta questão de ordem pedindo, a Vossa Excelência que acatasse aquilo que o ilustre deputado Caíto Quintana pediu a Vossa Excelência e democrata que é, e um homem que realmente vai de encontro com a razão e com os anseios de ter nesta Casa o melhor procedimento possível, tenho a certeza absoluta que o deputado Caíto Quintana poderá ser ouvido por esta Mesa Executiva, já que ele, como nós, também ocupou esta cadeira e assim o fez em outras oportunidades como nós fizemos, que o Plenário é soberano, o Plenário é o senhor de todos e aqui está a vontade do povo demonstrada pela maioria, ilustre deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vossa Excelência o citou, o ex-presidente Anibal Khury, e nós estamos usando praticamente, o deputado Anibal usava muito o termo.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Reconheço que o fato, partindo pela ótica do Regimento Interno, é complicado, porque é matéria vencida, mas temos que considerar que a matéria não contempla o anseio do Plenário.

Então, eu solicitaria, mesmo que quebrando o Regimento Interno, nós tivéssemos condições de recolocar a questão para votação.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu respondo a Vossa Excelência.

Amanhã nós teremos sessão normalmente, às 10:00 horas da manhã e nada impede que os senhores deputados apresentem o requerimento, retirando, mudando os termos desse requerimento.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Por que, como é que vai ficar para o aspecto externo, a Assembléia aprova num dia um voto de louvor ao secretário da Fazenda e no outro dia, desaprova.

É um desgaste, que não tem o porquê?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O Plenário tem poderes para isso. Já estamos recebendo aqui dos deputados Nereu Moura e Orlando Pessuti, um requerimento que deverá ser votado amanhã.

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Gostaria de saber se foi votado um requerimento de minha autoria, que convoca a secretária Alcione Saliba para vir falar.

Quero também agradecer o Líder do Governo que já mandou umas explicações com relação ao teor do meu documento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, anunciando a Sessão Extraordinária com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 065, 66/2000 e 015 e 023/2001.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 29, às 10:00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287/2000, 014, 033, 035/2001 e de Resolução nº 007/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 007, 008 e 037/2001.

Levanta-se a sessão.

**Ata de Comissão:****COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, às 13h:30, a COPTC, composta pelos nobres Pares: presidente da Comissão, deputado Edson Strapasson e membros, deputado Chico Noroeste, deputado Duílio Genari, deputado Belinatti, deputado Marcos Isfer, deputada Luciana Rafagnin. Em nome de Deus, o senhor presidente Edson Strapasson deu início a Reunião. Não havendo projetos na pauta, fez algumas colocações; informando que a metodologia de trabalho da Comissão nesta nova sessão, será diferente do que era feito anteriormente, as reuniões passarão a serem sistemáticas e periódicas, duas reuniões por mês ou seja cada 15 dias, tendo um calendário pré-estabelecido, para que os senhores deputados possam agendar em seus gabinetes, não havendo mais o problema de Quórum, conforme acontecia anteriormente em outros períodos. Salientando também, que, mesmo que não haja projetos, a reunião se realizará, pois são inúmeras as questões que esta Comissão deve abordar. Primeiramente, assuntos relativos à Telepar, que em data oportuna, a COPTC deve solicitar esclarecimentos, pois quando tais assuntos, chegam ao Plenário desta Casa, os deputados devem ter conhecimento real e aprofundado sobre o tema, estando, embasado, com relatórios, informações prestadas por convidados pela respectiva Comissão que a propositura tenha tramitado. Frisou que cada deputado deve ser participativo em sua função. Aproveitou a oportunidade para referir-se às questões pendentes, relativo às 15 mortes que ocorrem em função de instalação inadequada de aquecedores de gás, que ficaram levantadas em reunião na sessão anterior (2000), que ficaram no aguardo do recebimento, por parte dos órgãos competentes, de propostas de melhoria nesse setor, para sanar tal problema. Menciono outra questão importante, a ANATEL. Ficando assuntos relativos à mesma, como pauta para a próxima reunião do dia 11/04/2000, pois

esta Agência Nacional de Telecomunicações, tem como objetivo determinar tarifas, custos de serviço, regiões tarifárias etc, e não possui uma tarifa única regional e integrada, como é o caso do transporte, onde o indivíduo faz um trajeto intermunicipal com uma única tarifa. Com isso, ficou fixada a pauta para a próxima reunião. Na sequência o deputado Strapasson, referiu-se à questão do pedágio, que será analisado também por esta Comissão, com a solicitação do comparecimento do doutor Nelson Justus, secretário dos Transportes, pois é missão do deputado, acompanhar, debater, deliberar sobre questões atinentes às Obras Públicas, inclusive àquelas que estão em andamento no Estado, ou porque estão estagnadas. Com este comentário o senhor presidente, solicitou que respectivamente cada deputado presente, manifestasse sua opinião relativo aos assuntos propostos. Deputado Belinatti: Enalteceu a preocupação do presidente da COPTC, e afirmou participar ao máximo das questões propostas, contando a Comissão com a sua presença. Deputada Luciana Rafagnin: Parabenizou o deputado Strapasson sobre as questões levantadas, e citou que a população tem cobrado muito a questão da telefonia e do pedágio, e que independente do deputado Vanhoni ser o titular e ela suplente, quer participar. Deputado Duílio Genari: Sugere que seja convidado o diretor do DNER para atender Toledo, Cascavel, Guaíra, enfim toda a sua região. Pediu que o início da reunião se desse impreterivelmente às 13h00. Deputado Chico Noroeste: Referiu-se às obras começadas e não acabadas de sua região, Foz do Iguaçu (Parque da Barragem e Portal de Foz) e que a comunidade deveria ser consultada se tal “obra” atende aos interesses da população local. Para encerrar, o presidente expôs a necessidade de enviar ofício ao presidente desta Casa de Leis, no sentido de solicitar uma sala para a realização das Reuniões das Comissões, em vista da atual sala ser de uso, quase que exclusivo da CCJ, pois esta está superlotada de projetos a serem deliberados ficando assim, com os horários escassos para uso das demais Comissões. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a Reunião dos quais para efeitos legais, eu Sandra Zampier, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária